

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXII

FLORIANÓPOLIS, 28 DE AGOSTO DE 2013

NÚMERO 6.589

MESA

Joares Ponticelli
PRESIDENTE

Romildo Titon
1º VICE-PRESIDENTE

Pe. Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Nilson Gonçalves
2º SECRETÁRIO

Manoel Mota
3º SECRETÁRIO

Jailson Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Aldo Schneider

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Valmir Comin

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Carlos Chiodini

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Ana Paula Lima

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dóia Guglielmi

DEMOCRATAS
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
José Nei A. Ascari
Jean Kuhlmann
Ana Paula Lima
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Narcizo Parisotto
Aldo Schneider

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Darci de Matos
Aldo Schneider
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Edison Andrino
Moacir Sopelsa
Reno Caramori
Dóia Guglielmi
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Marcos Vieira - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Ciro Roza
Dirceu Dresch
Aldo Schneider
Renato Hinnig
Angela Albino

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Taxista Voltolini
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Serafim Venzon

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Taxista Voltolini - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Aldo Schneider
Edison Andrino
Dado Cherem
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Angela Albino
Valmir Comin
Neodi Saretta
Luciane Carminatti
Renato Hinnig
Antonio Aguiar
Marcos Vieira

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
José Nei A. Ascari
Dirceu Dresch
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dóia Guglielmi

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Gelson Merisio
Dirceu Dresch
Carlos Chiodini
Moacir Sopelsa
Dado Cherem

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta - Presidente
Taxista Voltolini - Vice-Presidente
Ciro Roza
Valmir Comin
Dirce Heiderscheidt
Edison Andrino
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente
Jorge Teixeira
Gelson Merisio
Valmir Comin
Luciane Carminatti
Volnei Morastoni
Moacir Sopelsa
Antonio Aguiar
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Luciane Carminatti - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Gilmar Knaesel
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Reno Caramori
Ana Paula Lima
Renato Hinnig
Marcos Vieira

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Ismael dos Santos
Sargento Amauri Soares
Carlos Chiodini
Dado Cherem

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Jean Kuhlmann - Vice-Presidente
Reno Caramori
Volnei Morastoni
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Sargento Amauri Soares
Jorge Teixeira
Mauro de Nadal
Serafim Venzon

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Volnei Morastoni
Mauro de Nadal
Taxista Voltolini
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Valmir Comin
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Ana Paula Lima - Vice-Presidente
Antonio Aguiar
Dado Cherem
Reno Caramori
Gelson Merisio
Sargento Amauri Soares

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora em exercício: Rita de Cassia Costa</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXII NESTA EDIÇÃO: 24 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 060ª Sessão Ordinária realizada em 17/07/2013.....2 Ata da 020ª Sessão Extraordinária realizada em 17/07/2013.....9 Ata da 021ª Sessão Extraordinária realizada em 17/07/2013.....10</p> <p>Atos da Mesa Ato da Presidência DL15 Atos da Mesa15</p> <p>Publicações Diversas Atas de Comissões Permanentes16 Aviso de Licitação17 Extratos17 Ofícios18 Portarias18 Projetos de Lei19 Redações Finais23</p>
--	--	--

P L E N Á R I O

ATA DA 060ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 17 DE JULHO DE 2013

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Esta Presidência sente-se no dever de fazer o seguinte registro:

(Passa a ler.)

“Prezado presidente Joares Ponticelli, Apreciaríamos que v.exa. fizesse chegar aos nobres parlamentares a nossa

mensagem de gratidão pela conquista unânime da PEC n. 65/2013, publicada no Diário Oficial do dia 20/06 próximo passado. Em expediente personalizado que será distribuído pela coordenadoria de Apoio ao Plenário, expressamos a nossa mensagem e anexamos um DVD chamado “Sonho de Maestro” que conta um pouco da nossa história para os deputados

Abrços afetuosos do maestro Nilo Valle.”

Eu me senti no dever de fazer esse registro não apenas porque o maestro, sr. José Nilo Valle, tivesse feito essa solicitação, mas pelo carinho que ele demonstrou individualmente a cada parlamentar. E v.exas. já receberam essa mensagem de agradecimento personalizada, que demonstra o carinho que ele também dispensa a esta Casa.

Eu já disse em outras oportunidades, e sei que falo em nome das quatro deputadas e dos 36 deputados, de que vossa senhoria mais parecia um membro efetivo, integrante permanente desta Casa, pela sua presença diária neste Parlamento, há muito tempo pleiteando em favor da OSSCA, a nossa Orquestra Sinfônica de Santa Catarina.

Não dá para falar da OSSCA sem falar, sem associar e sem personificá-la no maestro Nilo. Quando esta Casa votou por unanimidade a PEC, com a agilidade com que

votou, tenham a certeza de que fez em reconhecimento aos 20 anos de grandes serviços prestados pela OSSCA e por todos que a integraram, mas certamente fizemos também em homenagem ao maestro Nilo, pelo seu carinho, pela sua vida dedicada à nossa Orquestra Sinfônica de Santa Catarina.

Fez bem para esta Casa, fez bem para os 40 deputados, podermos fazer o resgate desse compromisso que tem o estado de Santa Catarina, e que reconhece a sociedade catarinense, com a nossa orquestra sinfônica.

Parabéns a v.s.a., maestro Nilo, a todos que fazem da OSSCA 20 anos de sucesso. Muito obrigado pelo carinho demonstrado nessa mensagem a esta Presidência e aos demais 39 parlamentares que compõem esta Casa. Faço esse registro em nome de todos.

Convido o sr. secretário, deputado Padre Pedro Baldissera, para proceder à leitura da ata das últimas sessões.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0056/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0127/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0123/2013, de autoria do deputado Serafim Venzon, que dispõe sobre a prorrogação de mandatos de conselheiros tutelares em todo o estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Ao presente Projeto foi apresentada Emenda Substitutiva Global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram

Aprovado.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 00746/2012, que dispõe sobre veto parcial ao Projeto de Lei n. 0311/12, de origem governamental, que estima a receita e fixa a despesa do estado para o exercício financeiro de 2013.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

O veto incide sobre a emenda de autoria do relator.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, a título de esclarecimento, isso é verdade, até porque houve um equívoco em razão desses vetos, em razão de emendas do relator feitas ao Orçamento do estado, no projeto de lei que tramitou, no ano passado, nesta Casa. Infelizmente, houve um erro quando da descrição da autoria das emendas. Escreveu-se que era do deputado Marcos Vieira, como emenda individual, o que não era verdade, era emenda de relator, tendo em vista que essas emendas se tratavam de ações do Orçamento Regionalizado, ou seja, ações aprovadas nas audiências do Orçamento Regionalizado.

Por acordo de líderes, foi decidido que todas as ações do Orçamento Regionalizado aprovadas na base e que o Poder Executivo não as incluisse no Orçamento Regionalizado esta Casa faria a inclusão. Foi criada essa polêmica, mas fruto do entendimento coordenado pelo eminente deputado Aldo Schneider, líder do governo, chegamos a esse acordo de que os vetos só seriam colocados em votação após evidentemente a vinda para esta Casa dos projetos de lei, fazendo-se os devidos remanejamentos, resgatando aquilo que efetivamente havia sido aprovado nas audiências do Orçamento Regionalizado.

Eu quero, sr. presidente, ao fazer esta exposição, já também requerer a v.exa., tendo em vista que o quórum ainda não é suficiente para deliberarmos, que possamos fazer a inversão da pauta e partir para a aprovação, pelo menos em primeiro turno, dos

outros projetos de lei, para que possamos dar andamento na Casa.

Hoje pela manhã foram aprovados nas respectivas comissões os quatro projetos de lei que fazem a alteração, resgatando aquilo que havia sido aprovado nas audiências públicas do Orçamento Regionalizado.

Então, sr. presidente, não havendo quórum para deliberar... Existe quórum para deliberar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Sim, deputado Marcos Vieira, existe quórum para deliberar.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Então, havendo quórum, sr. presidente, podemos fazer a votação dos vetos, para em seguida votarmos os projetos de lei que foram aprovados nas comissões no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Marcos Vieira. E informo a v.exa. que já confirmamos que temos quórum para deliberar, até porque o veto precisa ser regimentalmente deliberado antes da votação dos projetos de lei.

Então, a preocupação de v.exa. é procedente. É preciso que haja quórum, para não correremos nenhum risco, é importante que v.exa também faça este registro, como o fez para esclarecer, até porque dessa forma mais uma vez o acordo celebrado entre esta Casa e o governo do estado foi cumprido.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, quero corroborar com as explicações do deputado Marcos Vieira. Não quero me tornar redundante, no sentido do por que isso tudo ocorreu, mas quero fazer um registro em nome dos técnicos do governo, principalmente da secretaria de Planejamento, da Casa Civil, porque em algumas reuniões no meu gabinete, juntamente com o relator deputado Marcos Vieira, buscamos esse encaminhamento de que os vetos seriam apreciados à medida que o governo apresentasse nesta Casa a recomposição das emendas apresentadas no Orçamento Regionalizado.

Então, sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, estamos cumprindo o compromisso, deputado Marcos Vieira, assumido com o relator e em consequência com a comissão de Finanças e Tributação, no sentido de que o governo faria essa alteração no Plano Plurianual e obviamente buscaria as fontes orçamentárias para dar amparo a essas 15 emendas que foram vetadas pelo Poder Executivo.

Portanto, neste momento quero dizer que o compromisso assumido com a comunidade, através do Orçamento Regionalizado, está recuperado. Faço também uma referência ao eminente deputado Marcos Vieira, que foi quem levantou essa questão na condição de relator.

E nós, na condição de líder do governo, fomos buscar os encaminhamentos devidos para que se reparasse uma injustiça ocorrida em relação ao veto governamental.

Seria isso, sr. presidente. E obviamente solicito a v.exa. que antes da votação dos projetos de lei possamos fazer a votação dos vetos.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Quero rapidamente corroborar com tudo que foi

dito por v.exa., pelos deputados Aldo Schneider e Marcos Vieira, pois acho que este momento é extremamente importante para essa relação de confiança entre o Poder Legislativo e o Executivo, mas, acima de tudo, há a questão do Orçamento Regionalizado.

O deputado Marcos Vieira que presidiu a comissão e, conseqüentemente, as audiências públicas no ano passado fez um trabalho correto, leal, parceiro, construtivo, que teve por parte do governo uma interpretação errônea e agora está sendo retificado em tempo. Com isso ganha o Poder Legislativo, ganha o Poder Executivo, mas, acima de tudo, ganha o processo de Orçamento Regionalizado e as pessoas que ainda acreditam nesse modelo.

Então, parabeno v.exa. também como presidente desta Casa, o deputado Aldo Schneider, como líder, e especialmente o deputado Marcos Vieira que liderou esse processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Gilmar Knaesel.

Esta Mesa compartilha com a manifestação de v.exa. e cumprimenta também o deputado Aldo Schneider que aqui representa o governo e o deputado Marcos Vieira por ter tratado desse assunto da forma responsável que tratou.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

Srs. deputados, espero que esta seja uma das últimas votações secretas que este Parlamento tem que fazer. Se Deus quiser e nós agilizarmos, no segundo semestre não haveremos mais de passar por essas votações. Quero que todas as votações sejam abertas.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, não entendi e gostaria que v.exa. explicasse: o voto, no caso aqui é o "dois", não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - É voto "um" para manter o veto.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, v.exa. disse que talvez seja uma das últimas votações secretas desta Casa, mas quero crer também que seja a última votação unânime do dia de hoje.

(O deputado Kennedy Nunes fala fora do microfone.)

Não vai. Será, deputado Kennedy Nunes? V.Exa. votou pela derrubada do veto!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Por isso temos que acabar com o voto secreto, porque veja que o deputado Kennedy Nunes já está se antecipando e abrindo mão da secretude do voto.

A Sra. deputada Ana Paula Lima - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, isso quer dizer, deputado Marcos Vieira, que o PSDB não faz mais parte da base do governo? Acredito que seja isso, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Pode responder, deputado.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Não, muito pelo contrário, deputada Ana Paula Lima, até quero fazer uma referência de que talvez neste ano, pela primeira vez, as três partes cumpriram cem por cento do acordo feito, que é a comissão de Finanças, os demais líderes desta Casa e o Poder Executivo.

Por isso, mesmo eu tendo sido o relator e a emenda do relator tenha sido vetada, vou pela manutenção do veto, porque os projetos de lei que recuperam as ações do Orçamento Regionalizado e que passam a serem reinseridas no Orçamento foram aprovados hoje nas comissões. E esta Casa, em seguida, vai dar uma demonstração também de que cumpriu o acordo aprovando os projetos de lei.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, até por uma questão de entendimento, se eu mesmo me confundi, obviamente algum colega pode ter-se confundido também.

Eu gostaria de deixar registrado aqui que esse é um acordo do governo com a comissão de Finanças. A partir da emissão dos projetos de lei para esta Casa convalidando aquilo que foi vetado, nós teremos que, neste momento, manter o veto que foi original do governo para que possamos aprovar posteriormente os três projetos de lei.

Então, é voto "um" para manter o veto do sr. governador.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Aldo Schneider.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, quero dizer que, apesar do relator ter declinado, continuei votando no "dois", mantendo a rebeldia e dizendo "não" ao veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Em votação.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

DEPUTADA ALDO SCHNEIDER	votou
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	votou
DEPUTADA ANGELA ALBINO	votou
DEPUTADO ANTONIO AGUIAR	votou
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	votou
DEPUTADO CIRO ROZA	
DEPUTADO DADO CHEREM	votou
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	votou
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	votou
DEPUTADO EDISON ANDRINO	votou
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	votou
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	votou
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	votou
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	votou
DEPUTADO KENNEDY NUNES	votou
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	votou
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	votou
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	votou
DEPUTADO MAURO DE NADAL	votou

DEPUTADO MOACIR SOPELSA	votou
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	votou
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	votou
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	votou
DEPUTADO RENATO HINNIG	votou
DEPUTADO RENO CARAMORI	votou
DEPUTADO ROMILDO TITON	votou
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	votou
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	votou
DEPUTADO VALMIR COMINN	votou
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Temos 21 votos "sim" e sete votos "não".

Está mantido o veto.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, pelo menos sabemos que, dos sete votos, um é do deputado Kennedy Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Está mantido o veto, portanto.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0259/2013, de procedência governamental, que altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015, aprovado pela Lei n. 15.722, de 2011.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, quero apenas fazer constar aos nobres deputados e deputadas de que essa é parte do acordo feito em razão da manutenção dos vetos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, quero registrar a presença nas galerias da Casa da minha amiga de movimento sindical, de movimento feminista e agora vereadora pelo Partido dos Trabalhadores em Rio do Sul, a nossa querida Zeli da Silva. Seja bem-vinda!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputada Angela Albino. Esta Presidência registra e agradece a presença da autoridade por v.exa. nominada.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença do vereador Renato Zaccaron, do Morro da Fumaça, acompanhado de várias lideranças do setor da cerâmica vermelha: Alexandre, José Valmir, Hilário e Eduardo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Renato Hinnig.

Na ausência do deputado Manoel Mota, o deputado Renato Hinnig naturalmente faz o registro da presença de lideranças da sua extensa base parlamentar. O deputado Manoel Mota, com toda certeza, agradece a lembrança e a providência de v.exa.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0260/2013, de procedência governamental, que autoriza a abertura de crédito especial em favor do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado de Santa Catarina, do Fundo Estadual de Saúde, da secretaria de estado de Infraestrutura, do departamento estadual de Infraestrutura, do Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina e da Celesc Distribuição S.A.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, esse é o segundo projeto de lei que vem a plenário que também faz parte do acordo e que resgata algumas ações que estão sendo reinseridas no Orçamento do estado, fruto da aprovação das audiências do Orçamento Regionalizado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Marcos Vieira.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, tornando-nos redundante, mas é exatamente a colocação do deputado Marcos Vieira, estamos aqui recuperando o compromisso. Então, é em função do veto que acabamos de manter, e esses são os projetos que vêm substituir os vetos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Aldo Schneider.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0262/2013, de origem governamental, que altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015, aprovado pela Lei 15.722, de 2011.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e da de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

Com a palavra o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, ainda para esclarecer, este projeto de lei refere-se à alteração físico-financeira do programa do plano plurianual, porque quando dos vetos houve o remanejamento dos valores das ações. E está se resgatando os valores das ações do Orça-

mento Regionalizado nos mesmos patamares em que foram aprovados lá nas audiências, deputado Valmir Comin.

Então, o acordo resgata não só as ações, mas também respectivamente os valores que foram aprovados nas audiências públicas.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Marcos Vieira.

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0261/2013, de origem governamental, que altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015, aprovado pela Lei n. 15.722, de 2011.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e da de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

Com a palavra o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, igualmente, da mesma forma, como o projeto de lei anterior, também se refere aos valores das audiências do Orçamento Regionalizado. Resgata-se o valor original aprovado lá na ponta da linha, que é em cada uma das regiões.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Não havendo mais quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0214/2013, de origem governamental, que autoriza a doação de imóveis a municípios e estabelece outras providências (unidades escolares).

Ao projeto foram acrescentadas emendas modificativas.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e da de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, este projeto de lei visa regulamentar uma lei já aprovada nesta Casa, em 1999, quando o governo do estado criou o Programa Nucleação de Escolas.

São mais de 230 municípios que desde 1999 não regularizaram as escrituras desses imóveis que funcionavam como escolas isoladas estaduais.

Quando da criação da nucleação, automaticamente esses imóveis já foram passados para os municípios. E mais de 230 municípios ainda não fizeram a devida escrituração.

Então, o governo, agora, está encaminhando um novo projeto, fazendo uma doação novamente nesses 230 municípios de todas as escolas isoladas. E obviamente, a partir da aprovação desse projeto, o governo fará uma correspondência a todos as senhoras e senhores prefeitos de Santa Catarina, para que regularizem essa questão junto aos seus municípios. Até porque temos centenas de imóveis se deprecando, centenas de imóveis

não cuidados, que já fazem parte do patrimônio municipal. Enfim, por displicência, e não vamos julgar aqui o porquê, as prefeituras não tomaram posse desses imóveis. Mas com esse projeto de lei, agora, vamos fazer uma campanha intensiva junto às prefeituras municipais, para que tomem posse desses imóveis e cuidem deles. E dá para se fazer tantas coisas nessas comunidades interioranas de Santa Catarina que é um desperdício do dinheiro público deixar esses imóveis da forma como estão lá.

Então, seria isso, sr. presidente, para encaminhamento, no sentido de esclarecer aos nossos senhores deputados e senhoras deputadas que se está fazendo aqui aquilo que já foi feito em 1999.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu estava ouvindo o deputado Aldo Schneider falar e é muito bom realmente isso, mas junto com a responsabilidade, junto com essa outorga, com a autorização da doação dos imóveis, tem que vir um cascalhinho para as prefeituras manterem esses imóveis.

O que está acontecendo é que o governo do estado, assim como o governo federal, ou seja, os entes maiores, estão deixando para as prefeituras as responsabilidades, e as prefeituras têm pouco dinheiro para fazer a manutenção daquilo que já têm. Agora, recebendo essa doação, tomara que o governo também passe um pouco de recurso para que as prefeituras possam manter esses imóveis. Lá em Joinville, por exemplo, se for só passar a doação dos imóveis das escolas que estão fechadas para o município já são cinco.

Então, eu não poderia deixar de registrar aqui, em nome dos prefeitos, que vindo a doação que também venha recursos para que possa ter a reforma ou a manutenção desses prédios.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0248/2013, de origem governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no município de São Lourenço do Oeste para a construção da 5ª Companhia do 2º Batalhão de Polícia Militar.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e da de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0249/2013, de origem governamental, que autoriza a doação de imóvel, no município de Rio do Sul, para órgão público municipal.

Em discussão.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Inicialmente, gostaria de cumprimentar o vereador Cariso Savio Giacomini, de Rio do Sul, líder da bancada do PMDB daquela Casa, e da vereadora do PT, Zeli da Silva, líder do governo. Eles estão aqui acompanhando a aprovação do projeto de lei que diz respeito a um imóvel localizado no centro da cidade de Rio do Sul, com 2.665m2, doado pelo governo do município de Rio do Sul, em 1941. E a partir da nova construção da penitenciária daquela cidade, o governo do município também de Rio do Sul doou para o estado 300 mil metros quadrados de área.

Agora, estamos fazendo a reversão de um imóvel doado, em 1941, pelo município de Rio do Sul, pois o presídio daquela cidade foi desativado em função da construção do novo presídio, e agora o governo do estado está retornando ao patrimônio do município de Rio do Sul esse imóvel localizado na área central daquela cidade.

Então, quero aqui, em nome do vereador Cariso Savio Giacomoni, em nome da vereadora Zeli da Silva, render as nossas homenagens à comunidade rio-sulense. Com certeza esta Casa fará justiça àquilo que os nossos antecedentes, lá nos idos de 1940, fizeram para o governo do estado, através da doação desse imóvel. E agora, obviamente, com o retorno a prefeitura municipal poderá construir uma edificação para atender à comunidade local.

Seria isso, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Aldo Schneider.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, no mesmo sentido acho importantíssima essa votação não só de Rio do Sul como também a dos demais municípios.

Temos centenas de estabelecimentos que os municípios querem utilizar para atividades sociais, saúde, educação, mas que a burocracia deste país prejudica, pois os municípios não podem utilizar, não podem investir, não podem recuperar.

Querira aproveitar para registrar também a presença do vereador Adriano Rigo, de Serra Alta, grande líder daquele município, acompanhado do vereador Selecio Orth.

Este e todos os projetos neste sentido, sr. presidente, são muito importantes para os municípios.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade a matéria.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, até pretendia ir à discussão, mas sem problema algum de fazer o apontamento depois.

Certamente esse é um projeto importante, mas lembrando de que o governador Raimundo Colombo incluiu em sua plataforma de proposta de candidatura a

desativação do complexo penitenciário da Trindade, em Florianópolis, com o propósito de uso público e até hoje isso não se converteu em realidade, como estamos vendo bravamente hoje o povo de Rio do Sul conquistando lá para aquela cidade.

Então, também o povo de Florianópolis reivindica que possamos retirar o complexo penitenciário da Trindade, como o governador tinha se comprometido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigada, deputada Angela Albino.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Resolução n. 0006/2013, de autoria da Mesa Diretora, que cria o Programa Alesc Inclusiva, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra a deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero apenas fazer o registro, como relatora na comissão de Finanças e Tributação, que aprovamos e destacar a importância desse projeto.

Sr. presidente, v.exa. insistentemente, de forma muito positiva, pediu que acelerasse, tendo em vista que se trata de um projeto que vai criar condição para garantirmos nesta Casa que 20 estagiários, estudantes da rede regular das séries finais do ensino fundamental, como também do ensino médio e superior e educação especial, possam trabalhar por quatro horas na Assembleia Legislativa, sendo pessoas com deficiência.

Além dessa característica importante, quero destacar algo que me chamou atenção no projeto, que é a acolhida que esta Casa terá que fazer às pessoas com deficiência. Essa talvez seja a maior dificuldade, porque as empresas já têm uma legislação, através da qual são obrigadas a garantir... No entanto, têm dificuldade também de lidar com essa necessidade educativa especial em seus quadros. Às vezes a empresa quer, mas tem dificuldade de acolher no sentido de ter que fazer uma série de modificações no local de trabalho. E também há a própria relação pessoal que se dá com esse aluno.

Precisamos destacar a importância desse projeto. Não é o primeiro nesta Casa, mas abre um precedente para discutirmos outras demandas, outras necessidades educativas especiais, que podem ser contempladas não apenas na Assembleia Legislativa, mas nos Poderes Executivo e Legislativo como um todo, de uma forma melhor aceita pela sociedade.

Quero destacar o valor desse projeto, porque acho que precisamos olhar para as pessoas com esse carinho, pois não somos todos iguais, e não é por isso que as pessoas não têm o direito de mostrar o que sabem fazer.

A Presidência está de parabéns, bem como a Mesa Diretora, porque se trata de um projeto de resolução da mesma.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputada! Agradecemos a sua manifestação, que compartilho com a Mesa Diretora e toda a Casa, e especialmente pelo empenho, a dedicação e o cuidado que v.exa. teve com essa matéria.

O Sr. Deputado José Nei Ascari - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o deputado José Nei Ascari.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Quero cumprimentar a deputada Luciane Carminatti pela sua fala. Ela foi muito feliz na abordagem que fez aqui sobre esse tema.

Quero cumprimentá-la pela relatoria desse projeto de resolução. Mas fundamentalmente quero cumprimentá-lo, sr. presidente, bem como a Mesa Diretora, que foi muito sensível a esse apelo, a essa causa. e de modo pronto, rápido e ágil deu encaminhamento necessário para que pudéssemos avançar nessa questão.

Acho que a Assembleia Legislativa avança neste tema. Isso aconteceu muito em razão da criação da comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que já faz seguidores. A Câmara de Vereadores da Capital já criou também a sua comissão específica para tratar desse tema. Nós avançamos sobretudo sob o seu comando, sr. presidente, e da atual Mesa Diretora que tem estabelecido parcerias importantes para que possamos avançar.

Ainda hoje à noite estaremos aqui fazendo a abertura de um curso de capacitação, uma parceria desta Casa com o Instituto Guga Kuersten. Acho que estamos, aqui, hoje, fazendo seguidores. Não tenho dúvidas de que esse projeto de resolução, uma vez aprovado, vai provocar em outros órgãos do Poder Público de Santa Catarina também iniciativas semelhantes, buscando sempre a inclusão dessas pessoas, que é o grande objetivo talvez dessa luta que está sendo encampada em todo o estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DA ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado.

Quero também cumprimentar v.exa. e todos os integrantes da comissão, que foram os proponentes desse projeto de resolução. Agradeço à Mesa Diretora e aos parlamentares. Estou absolutamente certo que esse projeto vai fazer bem para a sociedade catarinense e vai virar referência. E o mais importante é que será implementado com critérios. Esses 20 estagiários virão para a Assembleia não no sentido de que esta Casa faça caridade com alguém. Haverá um critério na contratação. Eles serão selecionados de forma profissional. Eles virão para dar resultados, para trabalhar, para nos ajudar, para melhorar as nossas condições de acessibilidade. Aliás, essa é uma reflexão que temos que fazer permanentemente.

Até a presença do ex-deputado Julio Garcia na condição de presidente desta Casa pouco se fazia até então. Foi de lá para cá que iniciamos o processo de adaptação do nosso prédio também.

Constato, deputado José Nei Ascari, que o ponto mais importante desta Casa, o local mais importante de um Parlamento, a tribuna, a essência da Casa, ainda é inacessível quando um dos nossos, deputado Volnei Morastoni, ficou temporariamente cadeirante.

Então, a presença, deputada Angela Albino, desses estagiários, além do gesto de inclusão, do comprometimento de inclusão que esta Casa vai demonstrar publicamente, vai nos ajudar também a fazer essa avaliação permanente do que temos que investir, do que temos que fazer para melhorar as condições de acesso aos diferentes. O mais importante é que eles virão, como disse, para prestar serviço, para serem incluídos efetivamente. E para isso, deputado, uma preocupação que a comissão tem levantado é que vamos fazer

toda uma preparação, uma ambientação, porque se existe o preconceito, às vezes, é por falta de saber agir com essas pessoas.

Então, acho que vamos ter a oportunidade de aprendizado, os nossos servidores e todos aqueles que aqui passarem.

Acho que é um momento importante, mas antes de colocar em votação esse assunto, vamos ouvir a deputada Ana Paula Lima.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - A Assembleia Legislativa já é referência para o Brasil no programa Antonieta de Barros, que também é um excelente programa oportunizado para jovens com mais necessidades, aqui, no Parlamento catarinense. E agora, mais uma vez, esta Casa está dando um bom exemplo, abrindo essas vagas para os estagiários que possuem alguma deficiência. É muito importante essa convivência conosco, até para fazermos projetos coordenados pelo deputado José Nei Ascari, na comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, mas vivenciar o dia a dia é muito importante.

Parabéns! A Bancada do Partido dos Trabalhadores vai votar favorável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Parabéns para esta Casa, deputada. Essa conquista é da Casa, porque esse projeto vai fazer bem, acima de tudo, para a alma de todos nós que estamos aqui no dia a dia.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 250/2013, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que dá nova redação ao art. 2º, da Lei 15.314/2010, que proíbe o repasse da cobrança de ICMS nas contas de serviços públicos estaduais a igrejas e templos de qualquer custo.

Conta com parecer favorável das comissões de Justiça, da de Finanças e Tributação e da de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, é a adequação de uma lei antiga, há três anos, da deputada Odete de Jesus. O deputado Kennedy Nunes acompanhou. E estamos adequando conforme a proposta do decreto governamental recentemente colocado à disposição da sociedade catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0104/2013, de origem governamental, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro do ano de 2014 e estabelece outras providências.

Ao presente projeto foram apresentadas as emendas do relatório: Emenda Modificativa n. 173, Emendas Aditivas n.s 174 e 175 e Emendas n.s 64 a 152, 154, 156, 158 e 162.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Pela ordem, sr. presidente, para discutir.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, peço vênia, mas gostaria de registrar a presença dos vereadores Wilson Martins dos Santos, Ivan Marques e o vice-prefeito Gelson Saibo, de Xanxerê, que estão aqui para tratar de assuntos de interesse do referido município.

Agradeço a v.exa. e ao deputado Gilmar Knaesel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Moacir Sopelsa.

Esta Presidência registra e agradece a presença das autoridades nominadas por v.exa.

Com a palavra, pela ordem, para discutir, o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, colegas deputados e colegas deputadas, todos que acompanham a nossa sessão, é extremamente importante fazermos aqui um rápido relato da condução das tratativas de apresentação do parecer conclusivo da LDO. Claro que todos os deputados e deputadas da comissão de Finanças e Tributação acompanharam mais de perto. Os demais deputados que não fazem parte da comissão não acompanharam todos os passos, já que a matéria somente tramita nessa comissão.

Aqui é importante ressaltar, mais uma vez, que primeiramente esse projeto chegou a esta Casa, de origem governamental, dentro do prazo regimental, e a lei obriga esse encaminhamento, e logo em seguida iniciou a sua tramitação na comissão de Finanças e Tributação. E no âmbito dessa comissão avocamos à relatoria dessa matéria, praxe desta Casa, iniciando um processo de discussão para chegarmos a este momento. E claro, primeiro, tivemos o cronograma das audiências públicas do Orçamento Regionalizado.

Volto aqui, mais uma vez, para reforçar esse instrumento importante da democracia participativa, pois a Assembleia Legislativa foi pioneira mais uma vez em nível de Brasil e abriu a discussão do Orçamento e das leis complementares, PPA e LDO, para que a população pudesse participar diretamente na discussão, ter conhecimento e decisões das prioridades regionais.

Desde 1997 a Assembleia aprovou essa emenda constitucional, portanto, faz quase 16 anos que o Parlamento catarinense vem cumprindo com o seu papel legal, regimental, fazendo as audiências públicas dentro do que precede a lei e da forma como foi estabelecida. E, claro, sempre avançando. E este foi mais um ano de avanço.

O primeiro avanço que tivemos, sr. presidente, foi poder ampliar o número de debates, aumentarmos o número de audiências públicas para 34. Claro que havia dúvidas sobre esse aumento, envolvendo até, talvez, um pouco de aumento de despesa por parte da Assembleia. E aí quero agradecer ao presidente e à Mesa Diretora por terem compreendido a

dimensão das audiências públicas e a sua necessidade, dando estrutura suficiente para caminharmos nas 34 audiências públicas em nosso estado.

Esse fato de termos ampliado o número de audiências permitiu uma maior participação. Vejam, srs. deputados, que no ano passado, nas nossas audiências públicas, tivemos 1.006 participantes. Este ano foram 2.605 participantes. Portanto, alcançamos esse primeiro objetivo de ter uma maior participação não só de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, mas também da sociedade civil organizada, através das entidades, através de pessoas físicas que compareceram nas audiências públicas.

O segundo objetivo de avanço foi também ter uma participação mais direta do Poder Executivo que participou de todas as audiências públicas, através da secretaria de Planejamento, através da secretaria da Fazenda, através das secretarias Regionais. E com isso já harmonizando também a questão entre prioridades regionais defendidas pelas secretarias Regionais com a comissão do Orçamento Regionalizado, a comissão de Finanças e a Assembleia Legislativa.

Esse foi um avanço significativo, que resultou em 108 emendas. E todas elas foram contempladas conforme o nosso compromisso. Algumas delas já estavam no projeto do governo, ou seja, no projeto original, outras estavam dentro das secretarias Regionais. Portanto, agora, no Relatório final, ficaram 93 emendas que vieram das audiências públicas.

Quero ressaltar que também foram apresentadas, deputado Reno Caramori, emendas individuais, emendas de bancada - 49 emendas de parlamentares e 30 de bancada -, todas elas relacionadas com o intuito de melhorar ainda mais a LDO. Mas dentro do compromisso assumido, não acatamos essas emendas, explicando isso especialmente à bancada do Partido dos Trabalhadores desta Casa, como também aos deputados que apresentaram as emendas, porque o compromisso maior de todos nós é com as emendas do Orçamento Regionalizado, ficando, assim, essas emendas prejudicadas, no nosso encaminhamento, no nosso relatório final.

Também quero ressaltar uma questão que foi levantada hoje pela manhã ainda, no âmbito da comissão, em tempo, pelo deputado Antônio Aguiar, sobre a questão da construção do Fórum de Canoinhas.

O Tribunal de Justiça acabou de nos encaminhar, através do deputado Antônio Aguiar, o compromisso formal da realização dessa obra, mas como há prazo regimental para a apresentação de emendas e também para não quebrar o acordo firmado, o deputado Antônio Aguiar entendeu a nossa posição. E quero dizer que com certeza estará no Orçamento a sua preocupação e do próprio Tribunal de Justiça que acabou nos encaminhando agora essa solicitação.

Dentro disso conseguimos contemplar aquilo que é prioritário, que foram as nossas emendas do Orçamento Regionalizado.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado Gilmar Knaesel, primeiro quero parabenizar v.exa., que foi um combativo, perseverante, sempre na busca incansável da manutenção do Orçamento Regionalizado, que, aliás, vem se consolidando a cada dia, apesar de algumas controvérsias com relação ao número de audiências. Mas acho que na essência é preciso que essa oportunidade seja

levada às comunidades mais distantes. Talvez possamos reduzir o número de audiências para que possamos potencializá-las ainda mais. Mas o importante disso tudo é o respeito do governo em reconhecer na essência a participação das comunidades, dos segmentos organizados, e as emendas poderem ser elencadas e consolidadas no Orçamento do estado.

Parabenizo v.exa., mais uma vez, pela perseverança e pelo trabalho desenvolvido à frente da comissão de Finanças e Tributação.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Muito obrigado, deputado Valmir Comin, v.exa. foi um participante em várias audiências públicas, inclusive no oeste do nosso estado, na sua cidade e sua região, Criciúma, em que tivemos o maior público presente, onde mais de 230 pessoas participaram.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Eu gostaria de parabenizar v.exa. pela maneira como conduziu o Orçamento Regionalizado.

O Orçamento Regionalizado mostra aos deputados e para a nossa Assembleia Legislativa que é algo concreto. E assim como na Câmara dos Deputados Federais já foi aprovado o orçamento impositivo, esperamos que aqui em Santa Catarina tenhamos até o final do ano uma proposta para também fazer isso.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar, v.exa. participou de inúmeras audiências públicas, e quero ressaltar esse último ponto que v.exa. levantou, que é a questão de todos os deputados participarem. E hoje pela manhã, no âmbito da comissão, foi levantada essa questão pelo deputado Neodi Saretta, pela deputada Luciane Carminatti, a questão de estarmos fazendo o nosso papel, apresentando as nossas emendas de forma democrática e participativa, mas fica a dúvida quando essas emendas serão efetivamente realizadas.

Diante disso, o presidente desta Casa, deputado Joares Ponticelli, apresentou uma emenda constitucional. E estamos apresentando também, para melhorar ainda mais a sua proposta, uma emenda substitutiva, para que possamos enfim ter, a partir da próxima legislatura, o orçamento regionalizado impositivo. Esse é o desejo de todos, e aí, sim, efetivamente o nosso trabalho será concretizado.

O Sr. Deputado Dado Cherem - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não!

O Sr. Deputado Dado Cherem - Deputado Gilmar Knaesel, quero parabenizar v.exa. e toda a equipe da Assembleia Legislativa, que se esmerou para que pudéssemos percorrer todo o estado de Santa Catarina e trazer para esta Casa, e principalmente para o governo do estado, a realidade do nosso estado, o que a população pensa, o que a população quer a respeito de obras nas suas regiões, algumas localizadas, outras regionalizadas, mas acima de tudo de muita importância.

Deputado Gilmar Knaesel, sras. deputadas, srs. deputados, estamos vivendo um novo momento da vontade popular e da realidade popular. Mais do que nunca se faz necessário fazermos o orçamento impositivo, aquele orçamento que realmente se torne realidade na busca de ações. Então, deputado Gilmar Knaesel, existe a importância de continuarmos caminhando nesse sentido e fazer com que o que foi buscado nas localidades de norte a sul, de leste a oeste seja efetivamente acatado e acolhido por esta

Casa e acima de tudo que se transformem na realidade que o povo quer, que são obras tão importantes para as suas regiões. Parabéns, deputado Gilmar Knaesel, e muito obrigado.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Muito obrigado, deputado Dado Cherem, pela sua participação, pelas suas palavras. Vou também agradecer à Presidência, à Mesa Diretora, a todos os deputados que compareceram às audiências públicas, mas quero agradecer especialmente à equipe de servidores da Casa, à comissão coordenadora do Orçamento Regionalizado, aos nossos técnicos, aos nossos servidores que ajudaram para que as audiências públicas pudessem acontecer, a todas as assessorias da Casa, à comunicação da Casa, a outros setores, a todos os funcionários que muitas vezes viajaram de domingo a sábado para poder acompanhar, fazer o seu papel e o seu trabalho, enfim, quero agradecer a todos neste momento.

Por último, sr. presidente, quero agradecer à deputada Luciane Carminatti, pela compreensão. S.Exa., hoje pela manhã, apresentou pedido de destaque para algumas matérias, e acho que vai discursar agora em plenário, mas compreendeu que não foi possível atender, devido ao acordo firmado desde o começo, pois temos que ter um princípio, senão, seria impossível coordenar e ter o relatório dessa forma. Então, peço mais uma vez desculpas para todos os deputados que não pude atender com suas emendas individuais ou emendas de bancada, mas acredito que está aqui um relatório que atenda acima de tudo ao Poder Legislativo.

Era isso, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Gilmar Knaesel.

Está encerrada a discussão.

Nós temos um requerimento apresentado pela bancada do PT para a discussão em bloco das Emendas n.s: 022, 023, 029, 063 e 165.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Como a discussão é em bloco, vamos conceder a palavra por cinco minutos para a discussão da matéria.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, a bancada do Partido dos Trabalhadores pediu destaque que serão defendidos pela deputada Luciane Carminatti das Emendas n.s 22, 23, 29, 63 e 165.

Então, a deputada Luciane Carminatti será a porta-voz da bancada do Partido dos Trabalhadores.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, quero saudar o ex-vereador de Jaguaruna, o particular amigo Alemão, mais conhecido como Pescoço, que está aqui hoje visitando o Parlamento de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência também registra a presença do nosso sempre vereador, querido amigo Alemão, de Jaguaruna.

Com a palavra a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero chamar a atenção dos colegas deputados e deputadas que ao aprovarmos a LDO estaremos aprovando 93

emendas ao Orçamento Regionalizado. E é claro que nós, como parlamentares, temos que defendê-las, porque esta Casa inclusive foi autora desta lei, ainda na época do deputado Carlito Meress. Então, nesse sentido quero referendar a importância de cumprirmos com as prioridades do Orçamento Regionalizado.

Nós, deputados desta Casa, através de nossas bancadas ou individualmente, apresentamos 79 emendas, entre bancadas e individuais, e a bancada do PT nesse contexto apresentou 30 emendas também dentro das 79.

Apresentei em torno de 14 emendas, das quais quero destacar cinco, que acredito ser muito importantes, embora saibamos de antemão o resultado da votação do relatório da LDO. Mas quero que fique registrado nos Anais desta Casa e para que, ao ser encaminhado o Plano Plurianual em setembro deste ano e posteriormente a Lei Orçamentária, possamos garantir que o governo tenha sensibilidade para se comprometer com tais questões.

A Emenda n. 22 trata da construção, reforma e ampliação dos CRAS que são a porta de entrada da política da assistência social em cada município. E não temos hoje um CRAS com edificação própria, estruturado, com uma equipe adequada em cada município, pois muitos municípios ainda possuem CRAS alugados, em precárias condições, sem as equipes completas. Então, precisamos estruturar os Centros de Referência em Assistência Social.

A Emenda n. 23 garante bolsas de estudo e supervisão de estágio para estudantes do ensino médio. Por que estamos incluindo essa emenda? Porque o governo federal tem tido uma política de ampliação do ensino médio inovador. E no caso, em Santa Catarina, temos várias escolas sendo transformadas ou reconstruídas para atender aos estudantes do ensino médio, ampliando a jornada, portanto, com tempo integral. E muitos desses alunos já contribuíam com a renda familiar, deputado Kennedy Nunes. Dessa forma, muitos estudantes do ensino médio estão mudando de escola para poder continuar ajudando a família.

Ora, se queremos que cada vez mais os nossos jovens adolescentes possam estudar mais tempo, como fazem adolescentes e jovens do mundo inteiro, temos que sair da condição quatro horas e ampliar essa carga horária. Para isso vamos ter que conviver com bolsas de trabalho para muitos jovens que estão em situação de pobreza em suas famílias. Então, apresentamos essa emenda justamente para garantir esse auxílio para que os jovens continuem estudando.

Outra Emenda é a n. 29, que trata do cofinanciamento do serviço de proteção social básica, que é justamente a relação com o CRAS. Nós precisamos também enxergar a cor do dinheiro do governo do estado no cofinanciamento para os CRAS.

Fizemos audiência nesta semana aqui na Assembleia Legislativa, tratamos desse tema e é unânime, inclusive dentro do próprio governo, que precisamos ajudar a financiar a assistência social básica.

A Emenda n. 63, e essa emenda faz justiça ao que nós também relatamos na comissão de Finanças, trata da ampliação da atuação, deputado Gilmar Knaesel, da Defensoria Pública em Santa Catarina. Todos nós temos responsabilidade em garantir que a Defensoria Pública chegue a todas as regiões do estado, e não somente com a figura do defensor público, mas também com equipe, equipamentos e condições de atendimento à população.

É importante destacar, sr. presidente, que a Defensoria Pública, nesse pouco tempo de funcionamento, tem atuado prioritariamente, em cerca de 60% dos casos, na mediação de conflitos, evitando inclusive o processo judicial, o que é muito bom na nossa avaliação.

Então, isso mostra um pouco a diferença entre Defensoria Dativa e a Defensoria Pública. Os defensores estão mediando os conflitos, evitando que esse conflito se transforme em ações judiciais, e atuando, inclusive, na prevenção, na educação e realizando audiências nas diferentes regiões onde estão atuando.

Portanto, chama-nos a atenção o fato de que esse trabalho da Defensoria Pública precisa de fato chegar a todas as regiões do estado de Santa Catarina. Talvez daqui a cinco anos vamos nos dar conta de que é mais barato para o estado investir na Defensoria Pública do que na Defensoria Dativa.

Então, dessa forma, o governo do estado, através da secretaria de Planejamento, na figura do sr. Romualdo... E quero que fique registrado que fez contato conosco, hoje, antes da votação dessa emenda da Defensoria Pública na comissão de Finanças, e assumiu um compromisso conosco - e quero deixar público isso aqui - de que o governo se compromete a enviar, junto à revisão do PPA em setembro, a garantia dessa emenda.

Por último, temos a Emenda n. 165 que trata também, na LDO, da diretriz que inclui a economia solidária. Por quê? Porque precisamos enxergar essa forma alternativa de economia, e muitas vezes ela passa despercebida.

Bem, diante da apresentação dessas emendas, é óbvio que gostaria muito que fossem aprovadas, mas, mais do que isso, quero que este Parlamento compreenda a importância de sistemas e que tenha no seu registro da ata do dia de hoje desta sessão essas cinco emendas aqui apresentadas para que possamos garantir, na revisão do PPA, a inclusão e o compromisso do governo da garantia dessas cinco emendas.

Com relação à posição do nosso presidente da comissão de Finanças, quero, primeiro, registrar de forma muito transparente que é claro que houve bom senso do presidente Gilmar Knaesel, porque trabalhou - e eu mesmo brinquei que foi um critério excludente, porque excluiu 79 emendas individuais de bancada - com um critério transparente e acatou todas as emendas do Orçamento Regionalizado. O que me parece que cabe é um grande desafio para nós, parlamentares: garantir que as audiências públicas do Orçamento Regionalizado tenham uma maior ampliação. Acho que este é um desafio.

Eu, inclusive, propus aos membros da comissão de Finanças que seja feito um estudo no sentido de garantir que nas próximas audiências haja a revisão do horário, porque acredito que ele impede uma grande parte da população de participar - porque em Santa Catarina, assim como no Brasil, a maioria das pessoas está empregada e trabalhando.

Por outro lado, precisamos também olhar para o que está acontecendo no mundo da inovação e trabalhar com o critério de petições pela internet, enfim, precisamos criar mecanismos de ouvir também, através das redes sociais, quais são as demandas que as nossas populações levantam.

Quem sabe, mudando essa questão, olhando melhor os horários e inovando com o uso das redes sociais, poderemos ter o Orçamento Regionalizado muito mais ampliado, com uma participação maior e, portanto, com uma legitimidade ainda maior.

Então, quero fazer esse registro, agradecer a compreensão no sentido de que tenho certeza de que o nosso presidente vai ser solidário quando vier o PPA, para que façamos, como diz o ditado, justiça no sentido de garantir justiça para incluir essas emendas.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Pois não!

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Deputada Luciane Carminatti, fiz questão de ressaltar já no meu pronunciamento essas suas emendas, não todas elas, mas parte delas, e mais uma vez reconhecer que elas são altamente importantes, necessárias, com um fundo social, econômico, enfim, dentro daquilo que nós deputados precisamos e queremos ajudar a melhorar a qualidade de vida dos catarinenses. Mas dentro do critério adotado, lamentei, e já fiz aqui a justificativa, não poder acatá-las, inclusive aquelas que v.exa. defendeu e defende muito bem, como a questão da ampliação que o governo se comprometeu agora de incluir na revisão do PPA e inclusive emendas ao Orçamento Regionalizado, eis que assumimos esse compromisso na revisão do PPA, o de incluir algumas alterações necessárias.

Então, peço vênia mais uma vez a v.exa., à bancada, pois sei do trabalho que fizeram, mas infelizmente, como relator, tive que ser excludente das suas emendas, mas sempre reconhecendo o alto objetivo que elas têm.

Muito obrigado!

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares

Ponticelli) - Em votação o destaque às Emendas n.s 22, 23, 29, 63 e 165.

Com a palavra, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Deputados, já justificado o pedido de destaque do Partido dos Trabalhadores nessas emendas que são altamente meritórias, mas em função do acordo feito com as demais bancadas e partidos, estamos sugerindo a rejeição das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Em votação.

Os srs. deputados que aprovam as emendas permaneçam como se encontram.

Rejeitadas as emendas por maioria.

Discussão e votação em turno único o Projeto de Lei n. 0104/2013, de origem governamental, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro do ano de 2014 e estabelece outras providências, com as emendas do relatório: Emenda Modificativa n. 173, Emendas Aditivas n.s 174 e 175 e Emendas n.s 64 a 152, 154, 156, 158 e 162.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam encerramos sua discussão.

Aprovado por unanimidade.

Esta Presidência, com a concordância dos srs. líderes, pretende encerrar esta sessão, concedendo um prazo de cinco minutos para que a comissão de Finanças e Tributação

possa concluir a manifestação sobre a matéria pendente, presidente Gilmar Knaesel, e, depois disso, reabriremos os trabalhos ou faremos outra sessão para a votação do segundo turno da matéria em questão e redação final das demais matérias.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gilmar Knaesel.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, apenas para esclarecer e não ficar nenhuma dúvida na tramitação: na parte da manhã a comissão de Finanças e Tributação deixou em aberto os trabalhos da comissão, já prevendo que poderia haver necessidade de alguma matéria vir à comissão de Constituição e Justiça e ainda ter deliberação da comissão de Finanças e Tributação, como aconteceu nesse fato.

O deputado Mauro de Nadal, presidente da comissão de Constituição e Justiça, por telefone, localizou-me, disse da importância desse projeto e que havia uma solicitação para que essa matéria viesse a Plenário, e avocamos a matéria. Está apensado o nosso parecer, o nosso voto, mas faltaram algumas assinaturas de alguns deputados da comissão, faltantes neste momento.

Então, quero convocar os membros da comissão de Finanças e Tributação para nos reunirmos extraordinariamente na sala de imprensa, por até três minutos, para, enfim, encerramos também esse encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, extraordinária, para as 15h48.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 020ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA REALIZADA EM 17 DE JULHO DE 2013 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 16h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção a Deus, declaro aberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0123/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0259/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0261/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0262/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0260/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0214/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0248/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0249/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Resolução n. 0006/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0104/2013, com as emendas apresentadas pelo relator.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a redação final.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0250/2013, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que dá nova redação ao art. 2º da Lei n. 15.314, de

2010, que proíbe o repasse da cobrança de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - nas contas de serviços públicos estaduais a igrejas e templos de qualquer culto.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em segundo turno.

Esta Presidência, com a concordância dos srs. líderes, encerra a presente sessão, convocando outra, às 16h04, para votação da redação final dessa matéria.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 021ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 17 DE JULHO DE 2013

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 16h30, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Chereim - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Esta Presidência comunica que enviará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s 00459/2013, de autoria do deputado Kennedy Nunes, 0460/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar, 0461/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, 0462/2013, 0463/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, 0464/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar, 0465/2013, de autoria do deputado Reno Caramori.

Esta Presidência comunica que defere os seguintes Requerimentos n.s 0770/2013, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt, 0771/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, 0772/2013, de autoria do deputado Pedro Baldissera.

Esta Presidência comunica, ainda, que submete à deliberação do Plenário os seguintes requerimentos:

Requerimento n. 0769/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviada aos presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e ao Coordenador do Fórum Parlamentar no Congresso Nacional, pedindo urgência na aprovação da Medida Provisória n. 619/2013.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0070/2013, de autoria do deputado Reno Caramori, a ser enviado ao secretário de estado de Infraestrutura, solicitando informações acerca do valor inicial para execução dos trabalhos de terraplanagem, pavimentação asfáltica, drenagem, obras de artes correntes, sinalização e obras complementares na rodovia SC-453.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0071/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviado ao secretário de estado da Casa Civil, solicitando informações acerca das despesas anuais para manutenção da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESC.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, apenas quero registrar e reforçar o convite para amanhã, a partir das 15h, a todos os parlamentares desta Casa e ao público catarinense, para a assinatura da ordem de serviço da duplicação do lote três e

quatro da BR-470, juntamente com a ministra Ideli Salvatti e com o ministro dos transportes, Sérgio Borges, no município de Gaspar, no ginásio João dos Santos, no bairro Poço Grande, para poderem prestigiar, já que é um sonho muito antigo dessa comunidade, de todo o povo catarinense, a duplicação dessa rodovia tão importante não só para turismo, mas também para o deslocamento das pessoas que moram na região e principalmente para a escoação da produção do oeste de Santa Catarina para os nossos portos e aeroportos.

Por isso, gostaria de reforçar esse convite dessa obra tão esperada, quando amanhã irá acontecer a ordem de serviço.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputada Ana Paula Lima, muito obrigado. Já que o deputado Jorginho Mello fez várias ligações fazendo esse convite, esta Presidência designa de público v.exa. para representar a Mesa Diretora nesse importante evento para o grande vale do Itajaí.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, só quero registrar a presença, na Casa, do vereador Lúcio Malmann, de Iporá do Oeste, o vereador mais votado deste município, do vereador Alex Cledir Tardetti, do município de São Lourenço do Oeste, por coincidência também o mais votado no município, do prefeito André Max Tormen, de Águas de Chapecó, do prefeito Darci João Frizon, de Barra Bonita, e também do sr. Alexandre Lencina Fagundes, secretário da Saúde do município de Cunha Porã.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, eu queria noticiar que deu entrada nesta Casa, e já está na comissão de Constituição e Justiça, o projeto de lei de origem do governo, que institui o Conselho Estadual de Direitos Humanos.

O deputado Padre Pedro Baldissera levantou um tema na comissão de Legislação Participativa, nós fizemos audiência sobre o tema, também faremos outras audiências, e o governo estadual foi muito sensível a esse tema.

Tenho certeza de que o Conselho Estadual de Direitos Humanos pode ajudar, por exemplo, na complicada situação que vivem os presídios de Santa Catarina, portanto na própria segurança no estado de Santa Catarina. Mas, mais do que isso, pode dar conforto aos catarinenses com alguns programas que não temos aqui e que são necessários, como, por exemplo, o Programa de Proteção à Criança Ameaçada de Morte, que hoje é uma realidade em Santa Catarina. O tráfico ameaça as nossas crianças e não temos acesso a esse programa do governo federal por não termos o Conselho Estadual de Direitos Humanos.

O governador foi sensível e tratou diretamente da matéria. Há que se destacar o papel do secretário Nelson Serpa, com o seu corpo jurídico também, e o empenho, particularmente, da Casa, capitaneado por um requerimento iniciado com o deputado Padre Pedro Baldissera. E na comissão certamente vamos poder ajudar para que esse projeto do governador fique ainda melhor.

Mas já é uma iniciativa e cabe aqui dar os parabéns ao governo do estado pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputada Angela Albino.

Esta Presidência precisa encaminhar o atendimento às lideranças de Xanxerê que estão aqui aguardando. Por isso, solicita ao deputado Padre Pedro Baldissera que assuma a condução dos trabalhos. Temos ainda inscritos para se manifestar em Explicação Pessoal os deputados Silvio Dreveck, Maurício Eskudlark, José Milton Scheffer, Reno Caramori, Padre Pedro Baldissera e Valmir Comin.

Mas, antes de passarmos ao horário de Explicação Pessoal, e já que hoje é a última sessão antes de encerrarmos as atividades em função dessas duas semanas de recesso, queremos, em nome da Presidência e da Mesa, agradecer a todos os parlamentares pelo empenho no cumprimento daquilo que foi acordado para votarmos até o dia de hoje.

Elaboramos uma pauta com os líderes na semana passada. V.Exas., em cada comissão, empenharam-se. Tínhamos o compromisso - e foi acordado com os líderes, é verdade - da votação do projeto dos bombeiros, deputado Moacir Sopelsa. Mas também, numa reunião de consenso ontem, deputado Reno Caramori, em que v.exa. e tantos outros deputados participaram, como os deputados Mauro de Nadal, Silvio Dreveck e Sargento Amauri Soares, e também no entendimento das partes, tanto dos representantes dos bombeiros militares quanto dos bombeiros voluntários, e na presença da representação do governo do estado, decidiu-se, repito, num consenso e no melhor encaminhamento, pela não votação da matéria nesses dias agora para concedermos mais tempo, deputado Mauro de Nadal - e v.exa. também se tem empenhado na condição de presidente da comissão de Constituição e Justiça -, para que haja um entendimento.

Deputado Sargento Amauri Soares, acho que avançamos muito nesse processo de entendimento. O fato é que não teríamos condições de trazer, deputado Padre Pedro Baldissera, a votação para o plenário do jeito que estava, com a Casa e a sociedade divididas. Santa Catarina perderia com a votação feita do jeito que estavam os ânimos até a reunião de ontem de manhã. Depois disso, deputado Sargento Amauri Soares, e v.exa. percebeu quando chegou ao andar da reunião, ela caminhou num bom nível. O deputado Silvio Dreveck estava lá desde o início junto com o deputado Mauro de Nadal, e

conseguimos ter sinalizações importantes, deputado Reno Caramori, tanto do grupo ligado aos militares quanto dos voluntários, de necessidade e vontade de diálogo para que Santa Catarina possa ganhar.

Então, eu também gostaria, como todos gostariam, de encerrar com a votação daquela matéria. Mas seria um jogo de perde, perde, como disse ontem, se tivéssemos encaminhado de qualquer jeito, trazendo esta Casa para uma disputa que iria não somente dividi-la, mas também a sociedade catarinense.

Há o nosso compromisso de logo no início das atividades, que se iniciam no dia 1º de agosto, já pautamos e priorizamos essa matéria para que possamos encaminhá-la logo de forma consensual, se possível, e acho que estamos caminhando para isso.

No mais, queremos agradecer a todos pelo apoio e o empenho. Tivemos avanços neste semestre e esperamos que possamos voltar no segundo semestre ainda com mais conquistas para a sociedade catarinense.

Peço que o nosso vice-presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, conduza os trabalhos daqui por diante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Silvio Dreveck, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera.

Deputado Reno Caramori, v.exa. atua muito na região do meio-oeste e também no planalto norte. Portanto, trago uma informação importante, pertinente para v.exa., mas mais do que isso, para a nossa região do planalto norte.

V.Exa. também colaborou por várias oportunidades na defesa da devolução do trecho da rodovia SCT-280, de Canoinhas a Porto União, uma rodovia, diga-se de passagem, construída pelo ex-governador Esperidião Amin. Desde então praticamente a manutenção daquela rodovia quase que não existiu, ou teve pouca manutenção, tanto que chegou ao desgaste até pelo fluxo de veículos. Ela faz ligação com a BR-153 que faz a ligação de Mafra com a BR-116 e liga o estado do Paraná ao Rio Grande do Sul. E pela 153 também se vai até o oeste catarinense. Portanto, ela é uma rodovia importante do ponto de vista de ligação com outros estados do Brasil.

Então, fizemos esse apelo ao governo federal, para que a União assumisse esse trecho da rodovia, porque o estado não tem condições de manter.

Deputado, para que v.exa. tenha uma ideia, esse processo iniciou-se em 2011, com o empenho da nossa bancada federal. Mas quero destacar também o nosso deputado federal Esperidião Amin que também já foi ao governador Raimundo Colombo, que também já foi ao presidente do Fórum Parlamentar Catarinense, deputado Marco Tebaldi.

O ofício diz o seguinte:

(Passa a ler.)

“Apresentando meus cordiais cumprimentos, em complemento ao OF/GEA/517/2011 que lhe enviei em 27 de dezembro de 2011, a propósito das providências para a federalização da rodovia SCT-280 - trecho Canoinhas - Porto União, informo que o ministério dos Transportes publicou no Diário Oficial da União, de

08.07.2013, a Portaria GM n. 088, de 05.07.2013.

A referida portaria, cuja cópia segue em anexo, aprova a incorporação ao Subsistema Rodoviário Federal do segmento da citada rodovia, com extensão de 75,2km.

Conforme estabelece a referida portaria, a incorporação somente se efetivará após a assinatura do Termo de Transferência do Patrimônio, concluído o inventário, através do DNIT e do órgão estadual competente.

Tendo em vista a situação precária em que se encontra o segmento rodoviário em questão, permita-me sugerir a v.exa. que sejam aceleradas providências no sentido de atender às necessidades do Planalto Norte do nosso Estado.”

O que quero destacar aqui, deputado Reno Caramori, é que o governo do estado tem que dar celeridade agora, porque o governo federal aceitou, mas ainda não há assinatura do termo de transferência do patrimônio, portanto, dependemos disso. De tal sorte, quero destacar aqui o empenho de todos, tanto por parte do governo do estado, quanto do governo federal, mas principalmente dos deputados federais e dos estaduais que trabalharam para que isso de fato se efetivasse.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Concedo um aparte a v.exa.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Silvio Dreveck, v.exa. em boa hora faz um comentário que realmente vem ao encontro da Indicação n. 465, que encaminhamos ao governo e ao Deinfra, apresentada hoje neste Plenário, que pede para que seja concluído o processo da federalização.

Isso é um trabalho que já fizemos em outra oportunidade. O governo do estado tem juntamente com o ministério dos Transportes e o DNIT que fazer a verificação do patrimônio, que representa uma série de procedimentos que devem ser feitos para que o governo federal assumira de fato essa obra. Enquanto não fizer essa transposição legal com esse inventário, o governo federal não vai investir.

Então, vai acontecer que a estrada vai ficar órfã mais uma vez. Passamos por lá agora e havia um caminhãozinho e trabalhadores, com uma pá, jogando um asfaltozinho, tapando os buracos maiores.

Realmente v.exa. tem toda a razão, e quero cumprimentá-lo.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado, deputado Reno Caramori. Certamente, incorporo a sua manifestação ao meu pronunciamento.

Obviamente, enquanto essa transferência do patrimônio não acontecer, o governo do estado tem a obrigação de continuar fazendo a manutenção, em que pese nos últimos anos ter sido comum essa recuperação com uma pá jogando asfalto para tapar os buracos, o que não tem resolvido o problema das rodovias catarinenses.

Vamos ser sinceros, pois nos últimos dez anos, em termos de recuperação e manutenção, muito pouco se fez. Não estou dizendo aqui que não foram construídas rodovias, mas rodovias construídas necessitam de manutenção, porque o asfalto, se não for feita uma boa manutenção, certamente é o que estamos vendo nas rodovias esburacadas. E para asfaltos dois venenos são mortais: água de cima e água de baixo, ou seja, havendo infiltração obviamente haverá deterioração.

Portanto, na medida em que ocorre essa infiltração, há necessidade de se fazer a

manutenção, e isso não tem sido feito, não tem sido trabalhado de uma forma mais planejada, com um orçamento maior, para manter essas rodovias em bom estado de uso, porque o custo para refazer, para revitalizar, é muito maior do que uma boa manutenção.

Era essa a minha manifestação. Desejo um bom descanso a todos.

Obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda em Explicação Pessoal, o próximo orador inscrito é o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputado, primeiro registro que hoje todos os deputados receberam o agradecimento do maestro José Nilo Vale, da direção e de todos os membros da Orquestra Sinfônica de Santa Catarina, que faz um belo trabalho.

A Assembleia Legislativa aprovou este ano a possibilidade da concessão de apoio administrativo, técnico e financeiro do governo do estado de Santa Catarina.

Então, sabemos das milhares ações já realizadas pela orquestra. O maestro veio agradecer, mas Santa Catarina tem muito a agradecer a esses artistas, a esses professores, a essas pessoas que fazem um trabalho excepcional. Quantas pessoas tiveram a sua vocação acelerada e passaram pela orquestra! Foram muitas apresentações.

(Passa a ler.)

"A Sinfônica dos catarinenses comemora 20 anos de atividades em prol da cultura musical de nossa Santa Catarina, abrindo fronteiras no campo das performances de concerto, música de ópera, balé completo no estilo tradicional e apresentações populares, em um grande número de logradouros públicos do largo território barriga-verde. Performances oferecidas gratuitamente ao público catarinense, geralmente inseridas em campanhas sociais.

O breve relato de sua história documenta implantação de temporadas anuais de concertos sinfônicos em Florianópolis(1993), centenas de eventos em teatros locais, 140 performances em municípios catarinenses. Aproximadamente um milhão de pessoas assistiram às eletrizantes apresentações da orquestra em nível local e estadual, sendo que a maioria delas jamais tinha presenciado um espetáculo do gênero ao vivo. Fomentou, desenvolveu talentos e inspirou o aparecimento de grupos de câmara, cameratas e novas orquestras que hoje atuam no cenário musical da cidade e do interior do estado. É detentora de grandes homenagens públicas e do Troféu Bruschi Saluta."

Quero registrar o nosso agradecimento, porque nesta Casa semanalmente são aprovados projetos importantes para as várias áreas profissionais, artísticas, culturais do estado, e foi raro e gratificante ver a lembrança do maestro, da direção e de toda a equipe da Orquestra Sinfônica de Santa Catarina. Deixo o nosso agradecimento a essa instituição que merece respeito e ser valorizada pelo povo catarinense.

Gostaria de falar aos colegas policiais civis e a toda a segurança pública.

Deputado Sargento Amauri Soares, sabemos que os nossos companheiros têm feito mobilização pela questão salarial, merecida pela função que desempenham, que reconhecidamente é a mais desgastante, estressante, atividade profissional que existe. Não é uma profissão, mas uma missão. E o

policiais que aceita essa missão, todos os dias, despede-se dos familiares sem saber se volta, se vai revê-los. Infelizmente é assim pelo nível de criminalidade existente, pelas leis benevolentes, pela impunidade e por essa briga da criminalidade contra a sociedade, em que os policiais são as maiores vítimas. E a grande maioria entende que se trata de uma briga de polícia e bandido, mas é uma briga de bandido e sociedade. São os bandidos afrontando a polícia, afrontando a sociedade. E aí os policiais arriscam a vida.

Não participei, bem como nenhum deputado, de nenhum encaminhamento, de nenhuma negociação, mas sempre apoiiei. E tenho conversado com o presidente da Adepol, Associação dos Delegados, com o presidente do Sinpol - Sindicato dos Policiais Civis; tenho sabido também do esforço do governo em atender a esse pleito da nossa categoria.

O governador Raimundo Colombo designou ao secretário Antônio Gavazzoni fazer um projeto de melhoria da remuneração salarial para a segurança pública, segurança como um todo.

Hoje, não se pode conceber um aumento sem tratar das peculiaridades de cada atividade, mas nós precisamos reconhecer que a segurança, hoje, tem e é tratada pelo governo como um todo.

Vimos a manifestação da Aprasc, a manifestação da Acors, enfim de todas as entidades, e tenho certeza de que também vão entender e ajudar nessa negociação.

Eu vi, muitas vezes, o deputado Sargento Amauri Soares defendendo a nossa segurança, mas também defendendo a saúde, a educação e todos os setores que merecem o reconhecimento. Mas posso dizer que o secretário da Fazenda tem empreendido esforços, cálculos, porque pior do que não ter o salário que desejamos é ficar sem o salário. Infelizmente, já tivemos que passar esse momento no estado, e nenhum de nós deseja que esse momento volte.

O presidente do Sinpol, Anderson, sabe das dificuldades que o governo tem para atender a todas as classes trabalhadoras do seu estado.

Registro a presença do vereador Clóvis, do município de Saltinho, do Adriano de Serra Alta e de outros vereadores.

Registro também a luta da categoria, da segurança pública, dos policiais, em busca de uma remuneração justa, e do governo do estado buscando contemplar dentro daquilo que a receita permite.

Parabenizo também a Orquestra Sinfônica de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado José Milton Scheffer, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, eu quero fazer um agradecimento muito especial ao maestro José Nilo Vale, da Orquestra Sinfônica do estado. Ele, como uma forma de agradecer o esforço que esta Casa fez quando aprovamos a PEC n. 065, elaborou um documento agradecendo, com um belíssimo CD da nossa orquestra. E quero agradecer.

Eu já me comprometi com ele para no Natal fazermos uma tocata natalina. Eu tocando harpa sob a sua regência.

Fica o agradecimento em nome de todos os deputados pelo belíssimo presente que nos concedeu.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera, que preside esta sessão.

Telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Aleisc Digital e srs. deputados, queremos, aqui, no final dos trabalhos deste primeiro semestre, comemorar alguns alcances desta Casa, como o mandato de diversos deputados e lideranças. Entre eles gostaríamos de comemorar a visita que recebemos esta semana, em nosso gabinete, do representante no estado de Santa Catarina do Conselho Nacional de Saúde, farmacêutico Ronald Ferreira dos Santos, quando fizemos uma avaliação do projeto Saúde+10 de Santa Catarina e também do país. Na ocasião, inclusive repassamos ao Ronald cerca de cinco mil assinaturas que ainda estavam em nosso gabinete, as quais chegaram do interior. E é uma avaliação muito positiva.

Nós, em nível de Brasil, no dia 10 de julho, atingimos a casa de um milhão e meio de assinaturas, e espera-se que até o final deste mês, chegando do interior e de outros estados mais assinaturas do referido programa, possamos chegar até a casa dos dois milhões de assinaturas desse projeto.

Deputado Reno Caramori, isso mostra que a saúde está, sem dúvida nenhuma, na agenda da população brasileira e tem que entrar para a agenda dos governantes, principalmente estadual e federal, porque a população já mostrou isso através dos movimentos sociais acontecidos recentemente no país, mas também não apenas em passeata, mostrou com sua assinatura no movimento do qual a Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Catarinense faz parte aqui em Santa Catarina, pois arrecadamos mais de 100 mil assinaturas. E no Brasil são cerca de dois milhões de assinaturas, mais do que a exigência constitucional de um milhão e meio de assinaturas.

Isso mostra que é um projeto prioritário e que merece aqui a nossa manifestação e, acima de tudo, o nosso agradecimento a cada cidadão catarinense que depositou a sua assinatura nesse projeto, a todas as instituições sociais, religiosas, câmaras de vereadores, lideranças de organizações, associações de aposentados. E a Pastoral da Saúde e a Igreja Católica também fizeram um grande trabalho nesse sentido, ou seja, somaram esforços nessa caminhada.

No dia 5 de agosto, Dia Nacional da Saúde, levaremos até a Câmara de Deputados, pois temos agenda com o presidente Henrique Alves, essas assinaturas (dois milhões). Elas serão entregues através da PEC, solicitando ao Congresso Nacional a aprovação para que o governo federal coloque 10% das suas receitas em saúde. Isso é, sem dúvida nenhuma, uma mudança, uma transformação muito grande que teremos no atendimento à saúde do nosso país.

Nós temos, hoje, hospitais, médicos com grande conhecimento, mas falta estrutura, como equipamentos, pagamento correto dos serviços médicos e dos serviços hospitalares. Não é justo, como por exemplo, hoje, um exame de sangue feito numa emergência de hospital remunere apenas R\$ 1,60. Não tem hospital que resista. Por exemplo, um parto custa menos de R\$ 400,00 e envolve o atendimento

de médico obstetra, pediatra, enfim, toda a estrutura do hospital por menos de R\$ 400,00 e mais o risco que se tem ali com a gestante e os profissionais envolvidos.

É preciso com esse projeto buscar um reajuste na tabela do SUS para que aí, sim, a nossa população possa ser atendida de maneira adequada, correta e universal, para que todos sejam atendidos de maneira igualitária.

Por isso, quero, como representante da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde, agradecer a todos os envolvidos nesse projeto. Uma etapa está sendo cumprida, que é a coleta de assinaturas, mas nós teremos ainda um caminho duro a ser trilhado, deputado Sargento Amauri Soares, na Câmara dos Deputados. Precisamos pressioná-los, as comissões, para que esse projeto de emenda constitucional circule o mais rápido possível nas comissões e que vá a plenário, se possível este ano, ou no primeiro semestre do próximo ano, para que o governo federal, deputado Padre Pedro Baldissera, gaste 10% das suas receitas em saúde. Neste último ano gastou apenas 4%. Isso é insuficiente. E isso é o que tem causado o caos nos hospitais e na saúde pública deste país.

Por isso, quero aqui registrar como um fato importante nesse primeiro semestre a mobilização das lideranças catarinenses no movimento Saúde +10. E já que estamos falando de saúde trago, uma notícia boa para todos nós catarinenses.

Denunciávamos, há um ano, que os catarinenses recebem menos recursos per capita por catarinense do que o cidadão gaúcho. E esta Casa chamou a atenção do governo Raimundo Colombo, e isso foi fruto de diversas audiências no ministério da Saúde. E a única saída agora é incluir o estado de Santa Catarina no projeto de redes de urgência e emergência. É um projeto novo, e o nosso estado é o primeiro a ser beneficiado já por essas características que citamos anteriormente. E agora foram criadas diversas microrregiões.

Antes, a rede de urgência e emergência estava mapeada para acontecer apenas na Grande Florianópolis e na região norte do estado. Através do trabalho da Frente Parlamentar, através do trabalho dos hospitais filantrópicos de Santa Catarina, sensibilizado, o governador Raimundo Colombo criou diversas microrregiões, no extremo oeste, no meio-oeste, no planalto serrano, no vale do Itajaí, na foz do rio Itajaí e também no sul. Todo o estado de Santa Catarina foi contemplado com esse projeto. E ontem, acompanhando a secretária Tânia, da Saúde, o secretário-adjunto Acélio Casagrande, o governador Raimundo Colombo, o ministério da Saúde, participamos da assinatura de um convênio no valor de R\$63.900 milhões, com 22 hospitais em Santa Catarina, para durante o ano receberem recursos mensais para melhorar o atendimento na porta do hospital, na rede de urgência e emergência.

Diversos hospitais foram beneficiados nesse primeiro momento. Mas num segundo momento também mais R\$50 milhões serão repassados para hospitais menores de Santa Catarina, que também têm porta de urgência e emergência aberta. Com isso esperamos estar qualificando melhor o atendimento de urgência e emergência nos nossos hospitais, melhorando a qualidade dele para o usuário.

Mas também aqui precisamos reconhecer o trabalho feito pela secretaria estadual da Saúde na busca de se qualificar para esse projeto. É preciso reconhecer

também o trabalho do ministério da Saúde, mas acima de tudo o esforço do governador Raimundo Colombo para que esses recursos pudessem estar, já no próximo mês, chegando em 22 hospitais de Santa Catarina e com isso melhorando ainda mais a saúde de Santa Catarina.

É preciso citar aqui que na região sul o Hospital Regional de Araranguá está contemplado, o Hospital São José e o Materno Infantil, o Santa Catarina, de Criciúma, assim como também o Hospital Nossa Senhora da Conceição de Tubarão. E mais uma série de outros hospitais serão beneficiados, deputado e médico Antônio Aguiar, com esse projeto que foi assinado ontem para qualificar um pouco melhor, através das redes de urgência e emergência, o atendimento na saúde.

Por isso, nesse semestre, gostaríamos de comemorar junto com a população catarinense esses avanços, na esperança que essas ações possam, sim, melhorar a qualidade do atendimento à saúde de Santa Catarina, bem como também a situação dos nossos hospitais filantrópicos comunitários que hoje passam por uma grave crise, em função da falta de reajuste da tabela do SUS, que tem prejudicado muito o sistema de saúde de Santa Catarina.

Muito obrigado, boa-tarde a todos!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, eu tinha preparado um tema diferente para o encerramento deste semestre. Mas recebo várias correspondências, ou seja, da Cristine Maraga, Emanuel Roque, Edson Ribeiro, Cássio Ferrazzo, Julilde Waikovski, Humberto Campos, Alessandro do Amaral, Sandro Gold, Chaline Piccini, Maximiliano Toffolo, Tiago R. de Oliveira, Samantha Roloff, Ilân Gavin e Rodrigo Dalzot, que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Estamos localizados no oeste do estado de Santa Catarina, somos de Xanxerê, uma cidade com cerca de 45 mil habitantes, por onde passa a principal rodovia responsável por escoar a produção agrícola do estado, a BR-282, ou, como ficou conhecida no último ano, a rodovia da morte do nosso estado.

Vimos solicitar um posicionamento de sua parte sobre o descaso que o povo xanxerense vem sofrendo desde o início das obras da duplicação do trecho da BR-282 que cruza nosso município. E pedimos atitude para a solução do problema de nossa cidade, mostrando o seu compromisso com todo o povo catarinense e brasileiro.

Não queremos mais promessas como temos escutado do departamento estadual, o DNIT. Queremos que as obras voltem efetivamente a acontecer.

A nossa causa principal, no momento, está relacionada às mortes e aos acidentes graves que acontecem no trecho de 14 quilômetros, que começou a ser duplicado em 2010, com prazo para conclusão de dois anos. Atualmente a obra está totalmente parada e sem uma data oficial para sua retomada. O valor de R\$ 60 milhões orçado para a conclusão da duplicação já foi gasto, e não há dinheiro suficiente para os 30% de obras que faltam para finalizar as atividades.

As obras de duplicação foram iniciadas com o intuito de trazer segurança para os moradores da região e facilitar o tráfego,

porém o que vem acontecendo é totalmente o contrário. No ano anterior às obras, houve 12 acidentes com feridos graves e uma morte registrada no trecho. Nos três anos de duplicação já foram 55 feridos graves e dez mortes na BR-282, dados fornecidos pela Polícia Rodoviária Federal, no dia primeiro de julho de 2013.

As obras vêm causando outros transtornos, pois, como a BR-282 corta a cidade, muitas pessoas, entre elas crianças e idosos, precisam cruzar a rodovia diariamente, e muretas foram colocadas no meio das pistas, porém as passarelas ainda não foram construídas.

Os nossos representantes locais já tentaram resolver o problema com a empresa que havia ganhado a licitação para as obras. Fizeram contato com o Departamento de Infraestrutura e Trânsito (DNIT), de Santa Catarina, e foram até Brasília para falar diretamente com o Departamento Nacional e com o ministério dos Transportes. Mesmo com todas essas atitudes em prol da retomada das obras, nada foi feito efetivamente.

Os moradores de Xanxerê já se mobilizaram três vezes, com a intenção de chamar atenção das lideranças: no dia dois de julho de 2012, fechando a BR-282, por uma hora; no dia 27 de junho de 2013, com o apoio e fechamento do comércio às 17h30 e se concentrando no centro da cidade; e no dia dois de julho de 2013, fechando novamente a rodovia por três horas.

O único posicionamento que tivemos sobre as atividades foi por parte do superintendente estadual do DNIT, que, através da Assessoria de Imprensa do departamento, disse que as atividades não foram atingidas pelas manifestações e somente em outubro teremos um posicionamento sobre a empresa que deverá continuar as obras. Porém, pelo que tem acontecido nos últimos anos, a superintendência do DNIT de Santa Catarina não tem credibilidade conosco e acreditamos que esta é só mais uma forma de ganhar tempo e fazer com que a cidade fique quieta, não vamos ficar quietos!

Publicamos uma carta aberta de repúdio ao posicionamento. Estamos pedindo a ajuda de você para que algo seja feito para que todos os problemas causados pela paralisação das obras sejam resolvidos. E iremos fechar a BR mais uma vez ainda neste mês de julho. Por favor, ajude na retomada das obras.

Aguardamos contato e enfatizamos que não queremos promessas, queremos que as obras sejam finalizadas e que as mortes parem.

Atenciosamente,

Xanxerê/SC"[sic]

Assinam as pessoas que nomeiei no início.

Realmente, srs. deputados, conhecemos a situação e queremos prometer a essas pessoas e a tantas outras do grande oeste, meio-oeste e extremo oeste que, como presidente da comissão de Transportes, vamos nos reunir, mesmo que virtualmente, para que todos tomem conhecimento, e iremos elaborar um documento, mesmo no recesso, a ser enviado ao DNIT para que nos informe a realidade e o futuro dessa obra.

A comissão de Transportes desta Casa tem responsabilidade nas obras estaduais, mas também na fiscalização das obras federais e municipais. Portanto, queremos nos irmanar e dizer que temos certeza de que todo o Parlamento catarinense está preocupado com essa obra.

Conhecemos, e já debatemos nesta Casa, o problema. Já mantivemos contato com representantes do DNIT, que nos informaram que a empresa havia abandonado e que há necessidade de uma nova licitação ou de outra solução legal para que aquela obra realmente retome o seu andamento normal. Já há uma árvore lá que dá para ser serrada, tendo em vista o tempo que já passou com aquela obra paralisada.

Mas também queremos registrar aqui, sr. presidente, e gostaríamos até de questionar a assessoria desta Casa sobre isso, pois ainda estamos em atividades, que recebemos um convite para, no dia de hoje, participar, juntamente com a secretária da Agricultura do município de Caçador, do 2º Seminário Regional de Piscicultura. O convite saiu da Assembleia Legislativa, do sr. presidente, e do presidente da comissão de Pesca e Aquicultura, e comissão essa da qual eu faço parte, o deputado Dirceu Dresch.

Mas, srs. deputados, estamos em atividade parlamentar. Que tal se todos os srs. deputados fossem hoje a Caçador para assistir ao seminário de piscicultura que teve início às 8h? Eu acho que está havendo algum engano e por isso quero fazer este registro! Não estive presente em Caçador e pedi que o engenheiro agrônomo Dorvílio Buffon me representasse, mas quero fazer este registro porque a comunidade vai-me cobrar.

E o nosso Regimento diz que enquanto tivermos sessões normais nesta Casa não é permitida a realização de eventos desta Casa, principalmente fora do município, no mesmo horário. Não é no mesmo horário, mas é no mesmo dia. Daqui a Caçador são cinco horas de viagem.

Da mesma forma, teremos, no dia de amanhã, já no recesso, um seminário também promovido por esta Casa, pela comissão de Pesca e Aquicultura, da qual eu faço parte, e a prefeitura de Porto União.

Portanto, temos que ver da legalidade dessas atividades, porque eu gostaria, da minha região também, de me fazer presente tanto em Caçador quanto em Porto União. Mas é impossível, hoje, encerrando esta jornada parlamentar, deslocar-me para às 8h estar lá em Porto União.

Então, é muito complicado e chamo atenção para que isto não ocorra. Se realmente o Regimento reza que durante as sessões ordinárias desta Casa não é permitido seminários, sessões solenes ou sessão especial fora da Casa, onde os parlamentares não possam participar...

Eu perguntaria ao deputado Dirceu Dresch que tal se faltasse um voto, hoje, para aprovarmos aqui a LDO quem seria responsabilizado.

Um abraço a todos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Antônio Aguiar, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - A minha saudação ao deputado Padre Pedro Baldissera, que é o nosso presidente em exercício.

Eu gostaria hoje de me reportar aos ciclistas aqui de Florianópolis e fazer um convite para a apresentação do projeto de melhoria do convívio entre ciclistas e motoristas de ônibus. Esse evento é aberto a todos os

atletas e a todas as assessorias, no dia 20 de julho, às 11h, no Jurerê Esporte Center, avenida dos Dourados, n. 481.

Então, está feito o convite para a participação desse importante evento.

Eu quero me reportar hoje à grande audiência pública que fizemos ontem sobre as ferrovias, na comissão de Transporte, juntamente com o deputado Reno Caramori. Estivemos durante três horas discutindo com os técnicos as viabilidades das ferrovias, com o representante do prefeito de Canoinhas, Argos Burgardt, com o prefeito de Mafra, o representante do Fiesc, com representantes de entidades que entendem da parte técnica de ferrovias, com o Deinfra e assim por diante. Também esteve presente o representante da Fatma, portanto, foi uma audiência pública importante.

Essa audiência pública de ontem serviu, sim, para termos um balisamento técnico, que foi muito importante, pois durante três horas estivemos discutindo com os técnicos e vendo a necessidade das ferrovias.

Acho que essa foi, sim, uma audiência esclarecedora, para saber que passos temos que dar, para onde vamos e como funciona a ferrovia, como funciona a parte política federal das ferrovias, não só no estado de Santa Catarina como em todo o Cone Sul.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Concedo um aparte ao deputado Reno Caramori, que foi o presidente da comissão de Transporte no dia de ontem.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Nobre deputado, v.exa. tem lutado muito por essa famosa ferrovia leste/oeste/norte/sul do estado, até porque realmente beneficia sua região de Canoinhas, de Mafra e de Porto União.

Quero dizer que foi uma reunião bastante demorada e até carecíamos de mais tempo pela complexidade do assunto. Sabemos que de Maracaju ao Paraná a questão já está resolvida. Trata-se de uma rodovia caríssima, de difícil acesso, mas o Paraná já resolveu os problemas com a presidente da República e a ministra.

Precisamos de uma rodovia que venha do norte ao sul, que corte a nossa região, que sirva também ao planalto norte, ao vale do Rio do Peixe, ao extremo oeste. E aí somente um estudo de viabilidade técnica, economia e ambiental vai realmente mostrar o trajeto mais viável a ser feito.

Por isso, foi uma reunião técnica, sem participação partidária e sem os deputados puxando para uma ou outra região. Fizemos a reunião para escutar os técnicos. E v.exa. que acompanhou a nossa reunião do início ao fim pode ver o quanto é complexo e importante discutirmos o assunto tecnicamente, para que possamos atender realmente às necessidades de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - É verdade que estivemos reunidos para discutir as ferrovias. E chegamos à conclusão de que a ferrovia precisa ser economicamente viável. Mas também é preciso que a sociedade seja a grande beneficiada, não a indústria ou o comércio, mas o ser humano, a população.

Temos certeza de que os traçados das ferrovias precisam ser feitos não apenas para transportar grãos, mas para agregar valor

à matéria prima com o transporte de produtos agregados nas ferrovias.

A importância de lutarmos para ter um ramal de Garapuava a Mafra é muito grande. O projeto inicial era esse, mas desviaram para a estação ferroviária Engenheiro Bley. A força política do Paraná se fez presente e já determinou que vai passar pela estação. Mas estamos reivindicando a viabilidade dos estudos para que tenhamos um ramal de Guarapuava a Porto União, passando por Canoinhas, Mafra e chegando a São Francisco do Sul/Itapoá.

A importância de termos essa grande ferrovia é sem dúvida nenhuma algo para a história do Brasil. Nosso país precisa fazer ferrovias, sim, pois as rodovias estão congestionadas, e essa situação vai ficar cada vez pior. Então, temos a visão de que Santa Catarina e o Brasil precisam de ferrovias.

Acho que esse foi um assunto muito importante tratado na reunião de ontem. Foi uma audiência muito proveitosa para os entendidos em ferrovia, no sentido de fazer com que tenhamos o nosso pedido atendido no governo federal, como foi na Valec, porque o estudo de viabilidade econômica da ferrovia passando por Chapecó, Caçador, Porto União e São Francisco do Sul entrou na viabilidade de estudos.

Isso é importante, porque lá estiveram vários deputados federais e, inclusive, claro, o representante dos deputados federais. Quero parabenizá-lo por estar lutando também pelas rodovias de Santa Catarina.

Temos a certeza de que estamos fazendo a nossa parte.

O nosso tempo está se encerrando, mas ainda tenho que, sim, falar de saúde. Ontem estive no evento, juntamente com o governador Raimundo Colombo, Eduardo Pinho Moreira e também a secretária da Saúde, da liberação de R\$ 67 milhões, que vai beneficiar o Hospital Santa Cruz, de Canoinhas, o Hospital de Porto União e o Hospital de Mafra.

Portanto, três importantes hospitais do planalto norte sendo beneficiados pelo grande projeto de rede de urgência e emergência. Mas também estamos falando que o Hospital Santa Cruz é o segundo no estado, já falei isso ontem e quero repetir, em número de cirurgias seletivas realizadas no estado de Santa Catarina. Por isso, tem, sim, condições de ter alta complexidade em traumatologia e ortopedia. Temos UTI, temos ressonância magnética, tomografia computadorizada, quatro ortopedistas com especialidade em cirurgia de mão, com especialidade em joelho, quadril e cirurgia de coluna. Portanto, Canoinhas está apta, sim, a ter alta complexidade.

Obrigado, sr. presidente deputado Padre Pedro Baldissera, pela oportunidade.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera)

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para o dia 1º de agosto, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

A T O S D A M E S A

ATO DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 029-DL, DE 2013

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, com amparo no art. 65, inciso VI, alínea "I" do Regimento Interno e na Resolução nº 005/2005, no uso de suas atribuições CONSTITUI Frente Parlamentar Catarinense da Suinocultura, integrada pelos Senhores Deputados Moacir Sopelsa, Aldo Schneider, Ana Paula Lima, Dado Cherem, Dirce Heiderscheidt, Dirceu Dresch, Edison Andriano, Gelson Merisio, Gilmar Knaesel, Jean Kuhlmann, Joares Ponticelli, Jorge Teixeira, Arnaldo Moraes, Kennedy Nunes, Manoel Mota, Maurício Eskudlark, Mauro de Nadal, Narcizo Parisotto, Neodi Saretta, Nilson Gonçalves, Renato Hinnig, Romildo Titon, Sargento Amauri Soares, Serafim Venzon, Silvio Dreveck e Valmir Comin, a fim de promover ações relacionadas ao desenvolvimento da suinocultura no Estado de Santa Catarina.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 26 de agosto de 2013.

Deputado **JOARES PONTICELLI**

Presidente

*** X X X ***

A T O S D A M E S A

ATO DA MESA Nº 516, de 28 de agosto de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DISPENSAR o servidor **RAUL JOSE LUMMERTZ FILHO**, matrícula nº 1392, da função de Assessoria técnica-administrativa - Manutenção de Sistemas, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de setembro de 2013 (DTI - Diretoria de Tecnologia e Informações).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 517, de 28 de agosto de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e observados os termos do § 4º do Art. 90 da Lei 6.745, de 28/12/1985 e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.*

DESIGNAR o servidor **RAUL JOSE LUMMERTZ FILHO**, matrícula nº 1392, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Atualização e Controle de Dados - Assessoria Técnica-Administrativa, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de setembro de 2013 (DRH - Diretoria de Recursos Humanos).

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 518, de 28 de agosto de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1712/2013,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005 c/c o §19 do art. 40 da Constituição Federal de 1988.*

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária à servidora **SONIA MARIA DA SILVEIRA**, matrícula nº 1906, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-53, a contar de 21 de julho de 2013.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 519, de 28 de agosto de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1711/2013,

RESOLVE: *com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,*

Art. 1º FICA CONCEDIDO ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **SONIA MARIA DA SILVEIRA**, matrícula nº 1906, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-53, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 40% (quarenta por cento) do valor da Função de Confiança, nível PL/FC-3, totalizando 100% (cem por cento), incluindo percentual já agregado pela Resolução nº 901, de 2/5/1991, com eficácia financeira a contar da dispensa da função de confiança.

Art. 2º Sobre o adicional de exercício incidirá o desconto previdenciário, nos termos do §5º do art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 520, de 28 de agosto de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1702/2013,

RESOLVE: *com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,*

Art. 1º FICA CONCEDIDO ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor **GILSON LUIZ BORGES**, matrícula nº 1948, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-65 do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 20% (vinte por cento) do valor das Funções de Confiança, nível PL/FC-3 e PL/CAS-2 e PL/CAS-3, correlacionada com a de nível PL/FC-3, mantendo os demais percentuais adquiridos pela Resolução nº 1190, de 13/6/1991, totalizando 60% (sessenta por cento), com eficácia financeira a contar de 26 de agosto de 2013.

Art. 2º Sobre o adicional de exercício incidirá o desconto previdenciário, nos termos do §5º do art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 521, de 28 de agosto de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1727/2013,

RESOLVE: *com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,*

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora **ROSEVALDA CORREIA**, matrícula nº 1580, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-53, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 10% (dez por cento) do valor das Funções de Confiança, nível PL/CAS-1 e PL/CAS-3, correlacionada com a de nível PL/FC-3, do grupo de atividades de função de confiança, totalizando 30% (trinta por cento), incluindo percentual conquistado anteriormente pela Resolução nº 620, de 12/7/1990, com eficácia financeira a contar de 21 de agosto de 2013.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 522, de 28 de agosto de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1715/2013,

RESOLVE: *com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,*

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO ao servidor

JOSÉ CARLOS DA SILVEIRA, matrícula nº 424, ocupante do cargo de Consultor Legislativo II, código PL/ASI-69, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 10% (dez por cento) do valor

referente à Gratificação pelo Desempenho de Atividade Especial de que trata a Resolução nº 014, de 2007, mediante a substituição de 10% (dez por cento) do percentual conquistado anteriormente pela Resolução nº 897/88, de 20/10/1988, totalizando 100% (cem por cento), a contar de 21 de agosto de 2013.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 523, de 28 de agosto de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1863/2013,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005,*

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, ao servidor **RENEI CARLOS RACHADEL**, matrícula nº. 697, no cargo de Técnico Legislativo/Programador, código PL/TEL-49, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade na forma da lei, a contar de 1º de setembro de 2013.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 09H DO DIA 20 DE AGOSTO DE 2013.

Às nove horas do dia vinte de agosto do ano de dois mil e treze, sob a Presidência do Deputado Mauro de Nadal, reuniram-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: José Nei Alberton Ascari, Aldo Schneider, Silvio Dreveck, Serafim Venzon, Dirceu Dresch, Ângela Albino representando Ana Paula Lima, Narcizo Parisotto enviou comunicado avisando que não poderia comparecer. Aberto os trabalhos, o Presidente colocou em votação a ata da 19ª reunião ordinária que foi aprovada por unanimidade. A **Deputada Ângela Albino** relatou o Projeto de Lei nº 0086.1/2013 apresentando parecer contrário à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0142.3/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Serafim Venzon** relatou o Projeto de Lei nº 0244.8/2013 apresentando requerimento pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0062.4/2013 apresentando parecer contrário à proposição que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete à Dep. Ana Paula Lima; o Projeto de Lei nº 0313.4/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Dep. José Nei Alberton Ascari** relatou o Projeto de Lei nº 0119.4/2013 apresentando parecer favorável à proposição que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete à Dep. Ana Paula Lima; o Projeto de Lei Complementar nº 0009.5/2013 apresentando parecer contrário à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0306.5/2013 apresentando requerimento pela realização de diligência externa que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei Complementar nº 0011.0/2013 apresentando parecer favorável à proposição que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Dep. Aldo Schneider e ao Dep. Dirceu Dresch. O **Deputado Aldo Schneider** apresentou voto-vista ao Projeto de Lei nº 0021.1/2013 sem manifestação que, posto em discussão e votação o voto do relator, favorável à proposição, foi aprovado por unanimidade; ao Projeto de Lei Complementar nº 0012.0/2012 sem manifestação que, posto em discussão e votação o voto do relator, favorável à proposição, foi aprovado por unanimidade;

relatou o Projeto de Lei nº 0286.7/2013 apresentando parecer favorável à proposição que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Dep. José Nei Alberton Ascari e ao Dep. Dirceu Dresch; o Projeto de Lei nº 0576.3/2011 apresentando parecer contrário à proposição que, posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Dep. Dirceu Dresch; o Projeto de Lei nº 204.0/2012 propondo o apensamento do mesmo ao Projeto de Lei nº 0308.7/2012 que, posto em discussão foi cedido pedido de vista em gabinete ao Dep. Dirceu Dresch; o Projeto de Lei nº 0304.3/2013 apresentando requerimento pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0309.8/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão, foi cedido pedido de vista coletiva. O **Deputado Silvio Dreveck** informou que não tinha nada a relatar. O **Deputado Dirceu Dresch** relatou o Projeto de Lei nº 0225.5/2013 apresentando requerimento pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0302.1/2013 apresentando requerimento pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Mauro de Nadal** relatou o Projeto de Lei Complementar nº 0028.8/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício nº 0224.0/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0298.0/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0296.9/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício nº 0642.6/2013 apresentando requerimento pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Ofício nº 0641.2/2013 apresentando requerimento pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0303.2/2013 apresentando requerimento pela realização de diligência externa que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; designou como relator do Recurso nº 0001.6/2013 o Deputado José Nei Alberton Ascari. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e dos demais presentes e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe da Secretaria, lavrei a Ata que, após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 20 de agosto de 2013.

Deputado Mauro de Nadal

Presidente

*** X X X ***

ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às onze horas do dia três de julho de dois mil e treze, reuniram-se os senhores Deputados Maurício Eskudlark, Presidente da Comissão, Sargento Amauri Soares, Antônio Aguiar, Carlos Chiodini e a Deputada Ana Paula Lima. Abertos os trabalhos o Presidente da Comissão colocou em discussão e votação a Ata da última reunião que foi aprovada por unanimidade. O Presidente passou a relatar pela aprovação o Ofício 0202.5/2013, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O Presidente passou a palavra ao Deputado Antônio Aguiar que relatou pela aprovação o Ofício 0154.3/2013, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Ato seguinte o Presidente passou a palavra ao Deputado Carlos Chiodini que relatou o Ofício 0094.8/2012, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O Presidente fez uso da palavra para propor que seja encaminhado um manifesto desta Comissão as Comissões de Segurança Pública da Câmara Federal e do Senado no sentido de alterar a atual legislação para aumentar as penas para quem comete crimes violentos e atentados contra Agentes do Governo, Policiais Civis, Militares e Agentes Prisionais. Ficando acordado entre as partes que o assunto será retomado na próxima Reunião. O Presidente agradeceu a presença de todos e considerou encerrada a reunião, da qual eu, Miguel Antonio Atherino Apóstolo, Chefe de Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da Comissão e membros presentes.

Sala das Comissões em 03 de julho de 2013.

Deputado Maurício Eskudlark

Presidente

*** X X X ***

ATA DA OITAVA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

Às dez horas do dia vinte e um de agosto do ano de dois mil e treze, sob a presidência do Deputado Marcos Vieira, amparado no § 1º do art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Oitava Reunião Extraordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, referente à Terceira Sessão Legislativa da Décima Sétima Legislatura. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados Marcos Vieira, Arnaldo Moraes, substituindo o Deputado Silvio Dreveck, Renato Hinnig, Aldo Schneider, Dirceu Dresch e Ciro Roza. Em seguida o Presidente passou à discussão e votação dos PLC./0016.4/2013 e o PLC./0028.8/2013, todos tendo como relator o Deputado Marcos Vieira, com parecer pela aprovação e aprovados por unanimidade. O Senhor presidente leu ainda a justificativa pela ausência da Deputada Ângela Albino conforme Of. nº 379/2013. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e eu Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, vinte e um de agosto de dois mil e treze.

Deputado Marcos Vieira

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

Às onze horas do dia vinte e dois de maio dois mil e treze, reuniram-se os Senhores Deputados Neodi Saretta, Sandro Silva, Valmir Comin e Gilmar Knaesel. Justificaram a ausência: Deputada Dirce Heiderscheid, e os Deputados Edison Andrino e Ciro Roza. Aberto os trabalhos, o Deputado Valmir Comin relator o Projeto de Lei de nº 0106/2012, exarou parecer pela aprovação, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Neodi Saretta relatou o Projeto

de Lei de nº 0131.0/2013, exarou parecer pela aprovação, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Edison Andrino relatou o Ofício de nº 0380.0/2012, exarou parecer pela aprovação, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Aprovado o Requerimento de nº 048/2013 subscrito pela Deputada Ana Paula Lima, para a realização do Ciclo de Seminários Catarinenses de Ética e Direito Animal, Educação Humanitária, Controle de Zoonoses e Bem Estar Animal. O ofício subscrito pelo Deputado Edison Andrino: Convite ao geólogo Dr. Luiz Fernando Scheibe com o tema "A ameaça da produção de gás de xisto por fraturamento de rocha nos Aquíferos Guarani e Serra Geral". Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião, da qual eu, Newton Ladislau Zomkowski, Chefe de Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Florianópolis, em 22 de maio de 2013.

Deputado Neodi Saretta

Presidente da CTMA

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO, COM INSTALAÇÃO, DE PORTA AUTOMÁTICA COM VÃO DE PASSAGEM LIVRE, INCLUINDO VIDROS, MOTOR E QUADRO DE COMANDO, SENSORES, FECHADURA ELETROMAGNÉTICA, CHAVE DE COMANDO, BATERIA DE EMERGÊNCIA, TRILHO DESLIZANTE E ESTRUTURA METÁLICA.

DATA: 09/09/2013 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 09 de setembro de 2013. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 26 de agosto de 2013.

Bernadete Albani Leiria

Coordenadora de Licitações

e.e.

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO 173/2013

REFERÊNCIA: 1ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 025/2013 oriunda do Pregão Presencial CL nº 016/2013.

OBJETO: aquisição de suprimentos de expediente.

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (23 de agosto de 2013).

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e demais normas contidas na referida Lei com suas alterações posteriores, da Lei nº 10.520/2002, do Ato da Mesa nº 214 de 5/11/2007 e, subsidiariamente, pelo Decreto Federal nº 7.892/2013, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão Presencial nº 16/2013.

LOTE Nº 4				Marca	Valor (R\$)	
Item	Qtde	Unid	Descrição		Unitário	Subtotal
1	300	Rolo	Corda trançada de polipropileno com 2 mm de diâmetro com peso líquido de 1 kg.	Orion	61,70	1.851,00
2	100	Caixa	Refil (membrana plástica) para ensacador de guarda-chuva - caixa com 1000 membranas	Nobre	142,49	14.249,00
TOTAL DO LOTE 4						16.100,00

1ª REGISTRADA: Célia Regina Wambommel Sani Me.

Endereço: Avenida Rio Branco, nº 730, Centro, Alfredo Wagner, Santa Catarina.

CEP: 88450-000

Fone/fax (48) 3276-2159

e-mail: celiareginasani@hotmail.com

CNPJ/MF nº 04.195.853/0001-87

2ª REGISTRADA: Aquinpel Suprim. P/ Inf. e Escrit. e Rep. Com. Ltda.

Florianópolis, 28 de agosto de 2013

Deputado Joares Ponticelli- Presidente da ALESC

Robson Natanael Chiquio- Procurador

*** X X X ***

EXTRATO 174/2013

REFERÊNCIA: 1ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 017/2013 oriunda do Pregão Presencial CL nº 016/2013.

OBJETO: aquisição de suprimentos de informática.

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (22 de agosto de 2013).

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e demais normas contidas na referida Lei com suas alterações posteriores, da Lei nº 10.520/2002, do Ato da Mesa nº 214 de 5/11/2007 e, subsidiariamente, pelo Decreto Federal nº 7.892/2013, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão Presencial nº 16/2013.

LOTE Nº 8				Valor (R\$)	
Item	Qty	Un	Produtos	Unitário	Subtotal
1	5	Caixa	Rolo de Master Risograph RP - S 3550, formato A3 caixa com dois rolos.	338,84	1.694,20
2	5	Caixa	Cartucho de tinta preta para máquina Risograph - S 3550 - original novo e de primeiro uso - caixa com dois cartuchos	170,76	853,800
Total Lote 8:				2.548,00	

1ª REGISTRADA: Milsul Comércio Importação Exportação Ltda.
Endereço: Rua Santana, nº 646, Bairro Santana, Porto Alegre,RS.
CEP: 90040-371

Fone/fax (48) 3348-6656
e-mail: flavio@milsul.com.br
CNPJ/MF nº 93.531.366/0001-78

LOTE Nº 21				Valor (R\$)	
Item	Qty	Un	Produtos	Unitário	Subtotal
1	20	UN	Toner TN 401K - copiadora e impressora Konica 7145, original.	405,96	8.119,20
2	20	UN	Toner TN 601K-PC USA 950-564 Konica 7255, original.	404,50	8.090,00
3	20	UN	Toner TN 301K, konica 7022, original.	389,54	7.790,80
TOTAL Lote 21:				24.000,00	

1ª REGISTRADA: Milsul Comércio Importação Exportação Ltda.
Endereço: Rua Santana, nº 646, Bairro Santana, Porto Alegre,RS.
CEP: 90040-371
Fone/fax (48) 3348-6656

e-mail: flavio@milsul.com.br
CNPJ/MF nº 93.531.366/0001-78
2ª REGISTRADA: Aquinzel Suprim. P. Inf. e Escrit. e Rep. Com. Ltda.

LOTE Nº 22				Valor (R\$)	
Item	Qty	Un	Produtos	Unitário	Subtotal
1	5	UN	Cilindro para máquina fotocopadora modelo Konica 7022, código - 0950253, original, novo de primeiro uso.	933,33	4.666,65
2	5	UN	Cilindro para máquina fotocopadora Konica modelo 7255, código - 0950566, original, novo de primeiro uso.	933,33	4.666,65
3	5	UN	Cilindro para máquina fotocopadora Konica, modelo 7145, código - 0950253, original, novo de primeiro uso.	933,34	4.666,70
TOTAL Lote 22:				14.000,00	

1ª REGISTRADA: Milsul Comércio Importação Exportação Ltda.
Endereço: Rua Santana, nº 646, Bairro Santana, Porto Alegre,RS.
CEP: 90040-371

Fone/fax (48) 3348-6656
e-mail: flavio@milsul.com.br
CNPJ/MF nº 93.531.366/0001-78

2ª REGISTRADA: Aquinzel Suprim. P. Inf. e Escrit. e Rep. Com. Ltda.
Florianópolis, 28 de agosto de 2013
Deputado Joares Ponticelli- Presidente da ALESC
Flavio Peng- Gerente Comercial

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 659/13

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Abraço Fraternal, de Garopaba, referente ao exercício de 2012.

Targino Henrique de Souza
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 27/08/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 660/13

Brusque, 28 de junho de 2013
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Catarinense Anjos do Peito, de Brusque, referente ao exercício de 2012.

Clotilde Imianowsky
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 27/08/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 661/13

Luis Alves, 15 de julho de 2013
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Esportiva e Cultural Luis Alves, do Município de Luis Alves, referente ao exercício de 2012.

Perci Bompani
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 27/08/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 662/13

Ofício 057/13 Florianópolis, 23 de agosto de 2013
Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS de Florianópolis (GAPA), referente ao exercício de 2012.

Helena Edília Lima Pires
Tesoureira

Lido no Expediente
Sessão de 27/08/13

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2070, de 27 de agosto de 2013.

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 023/2013.

Matr	Nome do Servidor	Função
1877	Antonio Henrique Costa Bulcão Vianna	Pregoeiro
0947	Valter Euclides Damasco	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Iauth Fualberto	Equipe de apoio
3748	Evandro Carlos dos Santos	
1332	Hélio Estefano Becker Filho	

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2071, de 27 de agosto de 2013.

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

Retificar a Portaria nº 1844, de 22 de julho de 2013 que retificou vínculos de pertinência dos servidores ocupantes de cargos de Secretário Parlamentar, que passam do gabinete do Deputado Altair Guidi para o Gabinete do Deputado Aparecido Voltolini, nos seguintes termos:

ONDE SE LÊ: "..., BRAZ LOURIVAL BONY, PL/GAB-66,..."

LEIA-SE: "...,BRAZ LOURIVAL BONY, PL/GAB-68,..."

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2072, de 27 de agosto de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1792/2013,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento da servidora **CAROLINA SOARES ROMAN**, matrícula nº 3021, quota(s) de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, no percentual de 3% (três por cento), totalizando 6% (seis por cento), a contar de 7 de agosto de 2013.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2073, de 27 de agosto de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 1923/2013,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, II, art. 63, caput e art. 69, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família à servidora **FATIMA REGINA PEREIRA**, matrícula nº 1042, por 14 (quatorze) dias, a contar de 13 de agosto de 2013.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2074, de 27 de agosto de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1642	JOAO JOAQUIM OLIVEIRA	90	29/7/2013	1925/2013
2063	MARIA ELISABETE MOREIRA	30	14/8/2013	1927/2013
1084	VALTER CLEMENTINO PEREIRA	20	1º/8/2013	1928/2013

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2075, de 27 de agosto de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
4346	ELIANA BARCELOS	60	15/8/2013	1922/2013
1012	HUDSON MENDES CARDOSO	20	12/8/2013	1924/2013
6289	JULIA GARCIA	15	14/8/2013	1926/2013
1119	VILMA CARDOSO	15	14/8/2013	1929/2013

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2076, de 27 de agosto de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Quinquênio	Processo nº
776	HELOISA CABRAL UCHOA REZENDE	9/8/2008 - 8/8/2013	1840/2013
2028	DULCINEA MOREIRA	9/8/2008 - 8/8/2013	1847/2013

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2077, de 27 de agosto de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **RAUL JOSE LUMMERTZ FILHO**, matrícula nº 1392, na Diretoria de Recursos Humanos a contar de 1º de setembro de 2013.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2078, de 28 de agosto de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1504/2013,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento do servidor **JOAO MACHADO PACHECO NETO**, matrícula nº 2700, quota(s) de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, no percentual de 3% (três por cento), totalizando 30% (trinta por cento), a contar de 1º de julho de 2013.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 345.1/2013

Denomina de Lírio Rosso a Rodovia Via Rápida, trecho SC-446, que ligará Criciúma a BR-101.

Art. 1º Fica denominada de Lírio Rosso a Rodovia Via Rápida, trecho SC-446, que ligará Criciúma a BR 101.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em

Deputado Manoel Mota

Lido no Expediente

Sessão de 27/08/13

JUSTIFICAÇÃO

A proposição que ora apresento à consideração dos nobres Pares visa atribuir a denominação Lírio Rosso a Rodovia Via Rápida, trecho SC 446, que ligará Criciúma a BR-101.

O homenageado Lírio Rosso, nascido em 18 de dezembro de 1933, na comunidade de 4ª Linha, município de Criciúma/SC, frequentou até o 4º ano do curso de Direito. Concluiu em 1959 o Curso de Cirurgia Dentista pela Faculdade de Odontologia de Santa Catarina. Exerceu a atividade de Cirurgião Dentista na cidade de Criciúma de 1960 a 1987.

No âmbito de suas atividades políticas, exerceu a Secretaria Geral do PTB de 1963 a 1965. Foi fundador e Presidente do MDB criciúmeno. Eleito vereador pelo MDB em 1966 e 1976 e candidato a Prefeito em 1982 pelo PMDB de Criciúma. Exerceu dois mandatos de Deputado Estadual, de 1986 a 1994 e uma suplência de Deputado Federal, de 1994 a 1998. Lírio Rosso foi Secretário da Saúde de Criciúma na gestão do Prefeito Eduardo Pinho Moreira, de 1992 a 1996, quando implantou o Sistema Saúde da Família. De 2003 a 2011, foi Secretário Executivo de Articulação Estadual.

Assim, deixou sua marca, pela sua força de vontade, pelo seu denodo e espírito comunitário e pela constante preocupação com os menos favorecidos, executando inúmeras obras em benefício não só da população de Criciúma, mas de toda a região sul do Estado de Santa Catarina.

Faleceu em 17 de junho de 2011, deixando aos seus familiares e a população o testemunho de um cidadão ativo, trabalhador e extremamente dedicado.

Diante do exposto, peço a aprovação da proposição por esta casa Legislativa.

Deputado Manoel Mota

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 346.2/2013

Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Jeep Club Lages, com sede no município de Lages.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Jeep Club Lages, com sede no Município de Lages.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Joares Ponticelli

Lido no Expediente

Sessão de 27/08/13

JUSTIFICATIVA

Tomo a iniciativa de apresentar o Projeto de Lei que visa declarar de utilidade pública estadual a **Associação Jeep Club Lages**, do município de Lages, atendendo pedido da própria entidade que necessita deste reconhecimento para poder celebrar atos e convênios com órgãos públicos estaduais, a fim de atender suas finalidades estatutárias.

Trata-se de entidade civil, sem fins lucrativos, que presta relevantes serviços à comunidade, razão pela qual entendo ser de inteira justiça o pleito ora apresentado.

Deputado Joares Ponticelli

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 347.3/2013

Assegura às pessoas com deficiência visual o direito de receber as certidões de registro civil confeccionadas no sistema de leitura *Braille*.

Art. 1º Fica assegurado às pessoas com deficiência visual o direito de obter as certidões de registro civil confeccionadas no sistema de leitura *Braille*.

§ 1º Consideram-se certidões de registro civil para efeitos desta Lei:

- I - certidão de nascimento;
- II - certidão de casamento; e
- III - certidão de óbito.

§ 2º Considera-se deficiência visual para efeitos desta Lei:

- I - cegueira: a acuidade visual igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica;
- II - baixa visão: acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica;
- III - os casos em que a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; e
- IV - a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.

§ 3º Para fins do cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, os cartórios de registro civil deverão divulgar, permanentemente, à pessoa com deficiência visual, por meios próprios e adequados à sua deficiência, a disponibilidade do serviço.

Art. 2º A emissão de certidões no sistema de leitura *Braille* não acarretará acréscimo no valor cobrado pelos cartórios de registro civil a título de emolumentos.

Art. 3º Os cartórios de registro civil referidos no *caput* do art. 1º dispõem do prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação desta Lei, para se adequarem às disposições nela estabelecidas.

Art. 4º O descumprimento do disposto nesta Lei implicará multa no valor de 20 (vinte) vezes sobre o valor cobrado pela emissão da respectiva certidão, estabelecido pela Lei Complementar nº 219, de 31 de dezembro de 2001, que será revertido ao Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS).

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jean Kuhlmann

Lido no Expediente

Sessão de 27/08/13

JUSTIFICATIVA

Trago à consideração deste Parlamento proposta de lei que visa assegurar aos portadores de deficiência visual o direito de receber as certidões de registro civil confeccionadas no sistema de leitura *Braille*.

Inicialmente, cabe ressaltar que não há reserva de competência sobre a matéria, haja vista que a Constituição Federal

estabelece em seu artigo 24, inciso XIV, ser de competência comum da União, Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.

Ademais, a Carta Republicana estabelece ser de competência de todos os entes federados cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.

O sistema *Braille* é o único método eficaz de comunicação escrita para as pessoas portadoras de deficiência visual. O acesso à informação, desde a construção dos valores que são alicerces da sociedade contemporânea, é condição fundamental para o exercício da cidadania, fundamento da República Federativa do Brasil.

A Constituição Federal, em seu art. 37, inciso VIII, conferiu tratamento especial para pessoas com deficiência. Nesse contexto, o Estado - neste caso, os cartórios delegatários de serviços públicos - deve promover esforços no sentido de concretizar a determinação do legislador constituinte, visando ampliar a acessibilidade de portadores de necessidades especiais aos quadros do serviço público.

Nada mais justo que aos deficientes visuais seja assegurado o direito de receberem as certidões de nascimento, casamento e óbito confeccionadas através do sistema *Braille*.

Assim, por se tratar de medida de alto alcance social, solicito aos nobres Deputados a aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões,

Deputado Jean Kuhlmann

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 348.4/2013

Institui a Semana Estadual do Mate, no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituída a Semana Estadual do Mate, a ser comemorada, anualmente, na última semana do mês de abril, no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º São objetivos da Semana Estadual do Mate:

I - incentivar e valorizar a cultura do mate, no Estado de Santa Catarina;

II - promover campanhas para destacar as propriedades e o valor nutricional da erva-mate;

III - apoiar atividades voltadas para o resgate cultural do mate;

IV - estimular a divulgação de trabalhos sobre a produção e o cultivo da erva-mate;

e

V - promover mateadas, valorizando as rodas de chimarrão.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Neodi Saretta

Lido no Expediente

Sessão de 27/08/13

JUSTIFICATIVA

Acolhendo proposição recebida dos Deputados do Parlamento Jovem da Escola de Educação Básica Victor Felipe Rauen, do Município de Jaborá, reproduzo a justificativa elaborada pelos alunos e encaminhada em visita à Assembleia Legislativa:

“O presente projeto de lei visa criar a Semana do Mate, no intuito de valorizar e incentivar a cultura do mate. É fato que o benefício da erva-mate vai muito além do chimarrão, pois faz parte da nossa cultura, é saudável e rentável.

Num mundo ameaçado pela homogeneização, a cultura sulista, teimosa e gloriosamente, sobrevive. O que é muito bom. Identidade é algo a ser preservado, pois sentir-se integrado ao grupo e ao meio de origem é fator importante para a saúde mental. Melhor tomar chimarrão do que recorrer aos psicotrópicos como forma de preencher o vazio existencial.

O Chimarrão é uma tradição que faz parte do dia a dia das pessoas no campo e nas cidades sulistas. O clima quase sempre frio favorece essa prática, que, além de gostosa, é revigorante e fraterna, pois a cuia passa de mão em mão, dando sequência às trovas e conversas. A região Meio-Oeste do Estado destaca-se pela produção e consumo de erva-mate e pela tradição que temos da roda de mate que aproxima as pessoas em um gesto de amizade.

A obtenção do extrato da planta abriu um leque de novas possibilidades para o seu uso, já que pode ser matéria-prima para medicamentos, cosméticos, perfumarias, corantes e tinturas, bebidas (refrigerante, cerveja, vinho, licor e energético), sorvetes e doces e suplementos alimentares. Seu uso nessa diversidade de produtos é possível devido às suas diversas propriedades: estimulante, antioxidante, cicatrizante, digestiva e diurética.

O Brasil teria um mercado consumidor gigantesco lá fora, contudo, a sazonalidade da erva-mate e a sua produção em pequena escala impedem que o produto consiga competir com o chá inglês no abastecimento contínuo do mercado externo. A atual preferência mundial por produtos naturais oferece à erva-mate a chance de cair no paladar de novos mercados consumidores, especialmente por a planta ser estimulante, o que a torna uma alternativa aos energéticos industrializados e às bebidas à base de cola.

Portanto, é vasto o legado deixado pelos indígenas que, há muitos séculos, foram os primeiros que consumiram a planta. E essa cultura continuará perdurando, pois, além de ser uma fonte de renda, é fundamental para a nossa saúde."

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres Deputados da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina para aprovação da proposta em tela.

Deputado Neodi Saretta

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 349.5/2013

Institui o Dia Estadual de Nossa Senhora de Caravaggio e reconhece o Santuário de Nossa Senhora de Caravaggio, no município de Nova Veneza, como ponto turístico religioso no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual de Nossa Senhora de Caravaggio a ser comemorado em 26 de maio.

Art. 2º Fica reconhecido o Santuário de Nossa Senhora de Caravaggio, no município de Nova Veneza, como ponto turístico religioso no Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Valmir Comin

Lido no Expediente

Sessão de 28/08/13

JUSTIFICATIVA

A colonização de Nova Veneza, no Sul Catarinense, foi iniciada em 1891 com a vinda de um grupo de famílias da Itália, que trouxeram consigo uma estampa de Nossa Senhora do Caravaggio e uma fé inabalável na sua Santa. À medida que a comunidade prosperava, aumentava a devoção, o que levou à construção de um oratório. O passo seguinte foi a construção, em 1896, de uma modesta capela de madeira.

Anos mais tarde, em 1954, com a criação da diocese de Tubarão, surgiu a iniciativa da construção de um santuário. Em 26 de maio de 1963 foi lançada a pedra fundamental para a construção do Santuário Diocesano Nossa Senhora de Caravaggio, finalmente inaugurado em 1º de outubro de 1967. Ali, no dia 26 de casa mês, é celebrada a Missa da Promessa, na intenção de todos os devotos e benfeitores. Já no último domingo de maio, todos os anos, são realizadas romarias e a Festa da padroeira, antecedida por novenas com a participação de fiéis de toda a Região.

A devoção à Nossa Senhor do Caravaggio, originalmente restrita a um grupo de italianos, transformou-se, hoje, um evento religioso de grandes proporções, reunindo devotos não apenas de Santa Catarina, mas do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e até do Exterior. Para se ter uma idéia da grandiosidade daquela Festa, basta citar que no ano de 2012 reuniu mais de 50 mil pessoas, participação de mais de 600 colaboradores, tendo sido escolhida como a melhor festa do Extremo-Sul do Estado (de Imbituba a Passo de Torres), de acordo com pesquisa realizada pelo Ibope Inteligência e promovida pelo Grupo Independência de Comunicação.

Assim sendo, pela forte atração que esse evento anual representa, pelo que significa para milhares de devotos e ainda, pelo seu lastro histórico-cultural ligado à vinda dos valorosos italianos para Santa Catarina, e por sugestão dos Parlamentares Jovens da Escola de Educação Básica Humberto Hermes Hoffmann do município de Nova Veneza, estamos propondo a instituição do **Dia Estadual de Nossa Senhora do Caravaggio**, a ser comemorado anualmente no dia 26 de maio no Estado de Santa Catarina

Deputado Valmir Comin

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 350.9/2013

Declara de utilidade pública a Associação Casa da Vó Joaquina, com sede no município de Joinville.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a Associação Casa da Vó Joaquina, com sede no município de Joinville.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob a pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de

Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Nilson Gonçalves

Lido no Expediente

Sessão de 28/08/13

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que objetiva declarar de utilidade pública estadual da Associação Casa da Vó Joaquina, com sede no município de Joinville.

Trata-se de entidade não governamental, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e social, de fins assistenciais, que tem por finalidade propiciar, em seu âmbito de ação, e dentro de suas possibilidades e disponibilidades, assistência social e promoção gratuita a educação, a saúde, ao voluntariado. Desenvolver programas econômicos e sociais e combate à pobreza; difundir e programar experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio e emprego.

Estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas, voltada para o atendimento, orientação e educação para crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, gerando oportunidade e melhorias na qualidade de vida do cidadão.

Assim, para dar continuidade a essas dignas ações de interesse público, faz-se necessário que a referida entidade seja beneficiada com a declaração de utilidade pública estadual.

Deputado Nilson Gonçalves

2º Secretário

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 351.0/2013

Dispõe sobre a instalação de bicicletários nos órgãos públicos estaduais, praças, áreas de lazer e nas novas construções, públicas ou privadas, do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º A Administração Pública Estadual e todas as novas construções, públicas ou privadas, a serem realizadas no Estado de Santa Catarina deverão reservar, adaptar ou construir, nas dependências de seus prédios e nas praças e áreas de lazer de uso comum do povo, espaço especialmente designado para o estacionamento de bicicletas, chamado de bicicletários.

Parágrafo único. A capacidade de vagas dos bicicletários deverá ser proporcional ao fluxo de frequentadores de cada local a que se refere o *caput* deste artigo.

Art. 2º Esta lei tem como objetivo:

I - viabilizar a utilização de bicicletas por parte dos funcionários da Administração Pública Estadual e da população em geral;

II - incentivar a utilização de meios de transporte não poluentes e ecologicamente sustentáveis;

III - mitigar o adensamento do tráfego nos grandes centros urbanos, e:

IV - estimular a população a adotar hábitos de vida saudáveis e a combater o sedentarismo.

Art. 3º A utilização dos bicicletários será livre e gratuita.

Parágrafo único. A utilização dos bicicletários nos estabelecimentos da Administração Pública estadual referidos no *caput* do art. 1º fica condicionada aos seus respectivos horários de funcionamento.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Antônio Aguiar

Lido no Expediente

Sessão de 28/08/13

JUSTIFICATIVA

A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 23, inciso XII, estabelece como competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, estabelecer e implantar política de educação para a segurança no trânsito. No mesmo sentido, o artigo 9, inciso XII, da nossa Constituição Estadual.

Os problemas que atualmente assolam o sistema de transporte nos grandes centros urbanos já se tornaram célebres. A malha viária dos grandes municípios catarinenses já não é mais capaz de suportar o intenso volume de tráfego que aumenta dia após dia. Na busca por soluções no sentido de suavizar o impacto causado pelo patente adensamento da circulação de automóveis em nossas cidades, especialistas em mobilidade urbana apontam, quase que em uníssono, a premente necessidade de se procurar incentivar, sempre que possível, a utilização de sistemas intermodais de transporte urbano, dos quais a bicicleta certamente desempenha papel de incontornável relevância.

As vantagens da utilização da bicicleta no contexto do transporte municipal são muitas. A começar porque a bicicleta é ágil, diminuta (suas reduzidas dimensões não congestionam as vias públicas), e notavelmente barata (se comparada a outros

veículos, sobremaneira aqueles autopropelidos). Além disso, configura-se como um veículo não poluente e que ainda pode ser utilizado como ferramenta de políticas públicas que orbitem a esfera da promoção da saúde e da qualidade de vida de toda a população. Obstruir esta valiosa opção de mobilidade urbana equivale, para o Poder Público, a deixar de aproveitar, talvez, a melhor oportunidade de tratar dos problemas que o trânsito suscita, de modo assertivo, eficaz e ecologicamente sustentável.

Dessa forma, para que a bicicleta possa realmente ser considerada pelos cidadãos de nosso Estado como um meio viável, seguro e confortável de transporte, diversas ações devem ser tomadas, principalmente no que diz respeito à construção de ciclovias e à implementação de ciclo faixas. Mas, também, nos órgãos públicos estaduais, praças, áreas de lazer e nas novas construções, públicas ou privadas, do Estado de Santa Catarina deve ser construído os bicicletários, que estimularão o uso desse meio de transporte.

Essas, portanto, são as razões pelas quais apresento esta proposição, contando com o apoio dos ilustres Pares desta Casa Legislativa para a sua aprovação.

Deputado Antônio Aguiar

*** XX X ***

PROJETO DE LEI Nº 352.0/2013

Dispõe sobre a criação da Política de Qualificação do Servidor Público Estadual para treinamento e habilitação em língua de sinais que visa assegurar às pessoas surdas o direito de serem atendidas nas repartições públicas do Estado de Santa Catarina por meio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Art. 1º Fica implantada, no âmbito do Estado de Santa Catarina, a Política de Qualificação do Servidor Público Estadual para treinamento e habilitação em língua de sinais que visa assegurar às pessoas surdas o direito de serem atendidas nas repartições públicas do Estado por meio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Art. 2º Os órgãos públicos desenvolverão e manterão Programa de Treinamento e Habilitação em Libras para seus servidores, visando ao atendimento aos portadores de deficiência auditiva, objetivando a meta de, pelo menos, dois servidores habilitados em cada unidade de atendimento ao público ou em unidades descentralizadas.

Parágrafo único. A participação na Política de que trata esta Lei é restrita a servidores estaduais e de admissão voluntária, mediante simples inscrição dos interessados em dela participar, sempre respeitado o número de vagas disponíveis em cada grupo de ciclo de treinamento e habilitação e em rigorosa consonância com a distribuição mínima desses servidores preconizada no *caput* deste artigo.

Art. 3º Nos hospitais da Rede Pública estadual, em todas as unidades das Santas Casas de Misericórdia, em todos os prontos-socorros da Rede Pública e em todos os postos de saúde ou com finalidade similar deverá haver servidor habilitado em Libras ou profissional intérprete da Libras.

§ 1º Considera-se intérprete da Língua Brasileira de Sinais todo aquele que possui formação em curso de Libras em instituição devidamente reconhecida.

§ 2º O ingresso do profissional de Libras no serviço público deverá ser feito por meio de Concurso de Provas e Títulos definido pelo Poder Executivo.

Art. 4º A Política de Qualificação do Servidor Público Estadual para treinamento e habilitação em língua de sinais ficará sob responsabilidade das unidades de recursos humanos de cada órgão público.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Antônio Aguiar

Lido no Expediente

Sessão de 28/08/13

JUSTIFICATIVA

Em 1975, a ONU publicou a Declaração dos Direitos da Pessoa Deficiente, iniciativa despertada pelos dramas enfrentados pelos deficientes "gerados" pelas guerras, especialmente a do Vietnã. O Brasil, signatário do Tratado para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Pessoas Portadoras de Deficiência, tem em sua Constituição uma série de conceitos e princípios, que devem ser tomados como forma de compensação legal em face da limitação humana.

Assim, a Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 23, traz como competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios o cuidado da saúde e assistência pública, de proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência. A Carta Maior prevê também, como objetivos da assistência social, a

habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária (art. 203, inciso IV), bem como o dever do Estado no atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino (art. 208, inciso III).

A Constituição Federal estabelece, igualmente, a criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação (artigo 227, § 1º, inciso II).

O mesmo texto constitucional assegura ao Estado, como ente federativo, a competência concorrente para legislar sobre a proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência (art. 24, inciso XIV).

A presente proposição está embasada, igualmente, em uma série de dispositivos legais e até convenções internacionais que dispõem sobre a integração das pessoas portadoras de necessidades especiais. Nesse aspecto, incluem-se a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos e a Declaração Universal da Pessoa Deficiente, além das Leis Federais n. 7.853/89, n. 10.098/00 e n. 10.436/02, que oficializaram a Língua Brasileira de Sinais (LIBRA). E, ainda, a Lei Estadual n. 12.870/2004 que dispõe sobre a Política Estadual para Promoção e Integração Social da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais.

De acordo com estimativas da Organização Mundial de Saúde (OMS), cerca de 10% da população mundial apresenta alguma forma de deficiência motora, sensorial ou cognitiva. Esse contingente da população cresce além dos índices de aumento demográfico, consequência de acidentes de trânsito, da violência urbana, de acidentes de trabalho, das moléstias congênitas, do uso de drogas e da ação de produtos químicos poluentes. Na mesma proporção, cresce a necessidade de ações do Poder Público para garantir acessibilidade, integração social e o fim das discriminações aos portadores de deficiência.

Resultantes do empenho, da garra e da organização de entidades criadas por deficientes, muitos avanços já foram obtidos. No campo legal, já há dispositivos que garantem direitos e a diferenciação no tratamento, visando eliminar a discriminação e a segregação. A sociedade civil também desperta para a importância de respeitar essas diferenças, eliminando barreiras e criando um horizonte para novas conquistas.

Entretanto, ainda há um longo caminho a ser percorrido. Parte considerável desse contingente não conhece seus direitos e permanece à margem da sociedade. É certo que o Governo Estadual tem papel importante no combate e na eliminação dos preconceitos. Parte dessa tarefa é, justamente, garantir que a pessoa surda tenha um atendimento correto nas repartições públicas estaduais.

A forma verbal de atendimento é predominante em todos os órgãos públicos estaduais. Com isto, embora já incluída a maioria da população, há a exclusão daqueles que são portadores de deficiência auditiva em geral, impedindo-lhes o pleno exercício de seus direitos e subordinando-os à assistência de outrem que possa transmitir o que tenha sido falado.

Registre-se, ainda, a necessidade da presença de pessoa habilitada na língua de sinais nos órgãos públicos de saúde, no momento em que um surdo precisa se comunicar e demonstrar o que lhe acomete. O que ocorre é que a pessoa surda ou deficiente auditiva chega à unidade de saúde e não consegue se comunicar com o médico, não consegue dizer exatamente o que está sentindo e qual é o seu problema de saúde.

Estamos diante de uma situação gravíssima, pois não podemos aceitar pura e simplesmente, ou achar normal esse tipo de ocorrência. Um portador de deficiência, além de suas próprias dificuldades, quando vai ao médico para um atendimento emergencial ou rotineiro, enfrenta mais este obstáculo, o da comunicação, e é nosso papel proporcionar a acessibilidade e a inclusão social.

Assim, a medida ora proposta tem por escopo proporcionar aos cidadãos portadores de deficiência auditiva meios para que exerça pessoal e diretamente seus direitos, obtendo ele próprio as informações e as orientações que para tanto sejam necessárias, em todos os órgãos e Poderes do Estado de Santa Catarina. É importante, além da óbvia necessidade de garantir acessibilidade aos prédios públicos, é incluir uma Política de Qualificação do Servidor Público Estadual para o aprendizado da Língua Brasileira de Sinais (Libras), oficializada pela Lei Federal n. 10.436/2002.

Portanto, apelo aos Nobres Pares para que aproveemos a presente proposição, garantindo que as pessoas surdas tenham a atenção do Governo do Estado de Santa Catarina, de forma que estaremos colaborando para a construção de uma sociedade, efetivamente, mais justa, solidária, fraterna e livre de preconceitos.

Deputado Antônio Aguiar

*** XX X ***

REDAÇÕES FINAIS

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 044/2012

O art. 2º do Projeto de Lei nº PL/0044.2/2011 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º A inobservância ao disposto nesta Lei sujeitará o estabelecimento infrator às seguintes sanções:

I - advertência por escrito da autoridade competente; e

II - multa de R\$2.000,00 (dois mil reais) por infração, dobrada a cada reincidência até a terceira, a qual será reajustada, anualmente, com base na variação do Índice Geral de Preço de Mercado - IGP-M/FGV, ou por índice que vier a substituí-lo."

Sala da Comissão em,
Deputado Dado Cherem

APROVADO EM 1º TURNO
Em Sessão de 14/08/13

APROVADO EM 2º TURNO
Em Sessão de 20/08/13

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 044/2012

O art. 3º do Projeto de Lei nº PL/0044.2/2011 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3º Esta Lei será regulamentada no prazo de sessenta dias, a contar da data de sua publicação, nos termos do inciso III do ar. 71 da Constituição do Estado.

Parágrafo único: Os estabelecimentos previstos no *caput* 1º terão um prazo de noventa dias, a contar da sua regulamentação, para se adaptarem ao estabelecido nesta Lei."

Sala da Comissão em,
Deputado Dado Cherem

APROVADO EM 1º TURNO
Em Sessão de 14/08/13

APROVADO EM 2º TURNO
Em Sessão de 20/08/13

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 044/2011

Dispõe sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos comerciais do Estado de Santa Catarina, onde haja consumo de bebidas, disponibilizarem canudos plásticos higienizados e embalados individualmente e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Os estabelecimentos localizados no território catarinense que comercializam bebidas para consumo no local deverão disponibilizar canudos plásticos higienizados e embalados individualmente para o uso de sua clientela.

Parágrafo único. Os estabelecimentos devem manter os canudos plásticos em local de fácil visualização e acesso.

Art. 2º A inobservância ao disposto nesta Lei sujeitará o estabelecimento infrator às seguintes sanções:

I - advertência por escrito da autoridade competente; e

II - multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por infração, dobrada a cada reincidência até a terceira, a qual será reajustada, anualmente, com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M/FGV), ou por índice que vier a substituí-lo.

Art. 3º Esta Lei será regulamentada no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado.

Parágrafo único. Os estabelecimentos previstos no *caput* do art. 1º desta Lei terão o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da sua regulamentação, para se adaptarem ao estabelecido nesta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 21 de agosto de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 045/2013

Denomina Rodovia Moacir Coradi o trecho da Rodovia SC-355 compreendido entre o Município de Jaborá e a BR-153.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica denominado Rodovia Moacir Coradi o trecho da Rodovia SC-355, compreendido entre o Município de Jaborá e a BR-153.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 21 de agosto de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 098/2013

Institui a Semana Estadual da Cidadania, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída no Estado de Santa Catarina a Semana Estadual da Cidadania, a realizar-se, anualmente, de 14 a 21 de abril.

Art. 2º A Semana Estadual da Cidadania tem como objetivo incentivar o debate, por meio da realização de eventos, palestras e seminários, de temas da cidadania voltados à concretização de políticas de juventude, envolvendo profissionais da área educacional e alunos da rede estadual de educação, articulados com organismos públicos e privados, e com grupos de jovens que promovam atividades sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 22 de agosto de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 107/2013

Cria a Semana Estadual de Mobilidade Urbana.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída no calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina a Semana Estadual de Mobilidade Urbana, que será comemorada, anualmente, na semana do dia 22 de setembro, Dia Mundial Sem Carro.

Art. 2º Durante a Semana Estadual de Mobilidade Urbana poderão ser ministrados seminários, aulas, palestras, concursos e ações que contribuam para a divulgação dos propósitos estabelecidos pela Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 22 de agosto de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA À REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 0115/2013

Na ementa e no art. 1º do Projeto de Lei nº 0115/2013:

Onde se lê:

"...Escola Básica Alberico Azevedo, ..."

Leia-se:

"...Escola de Educação Básica Alberico Azevedo, ..."

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 21 de agosto de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

JUSTIFICATIVA

A alteração proposta visa adequar a redação final à denominação da Escola de Educação Básica Alberico Azevedo conforme declaração da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de São Miguel do Oeste, às fls. 4 e a informação contida no site da Secretaria de Estado da Educação, em anexo.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 115/2013

Denomina Idegar Dalmagro o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Alberico Azevedo, no Município de São Miguel do Oeste.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica denominado Idegar Dalmagro o Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Alberico Azevedo, no Município de São Miguel do Oeste.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 21 de agosto de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 125/2013

Denomina Rodovia Francisco Arcanjo Grillo o trecho da Rodovia SC-400, compreendido entre o trecho de entroncamento da Rodovia SC-402 e o Balneário Daniela, em Florianópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica denominado Rodovia Francisco Arcanjo Grillo o trecho da Rodovia SC-400, compreendido entre o trecho de entroncamento da Rodovia SC-402 (para Jurerê) e o Balneário Daniela, em Florianópolis.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 22 de agosto de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 177/2012

Dispõe sobre a estadualização da rodovia municipal que liga os Municípios de Ipumirim e Xavantina e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Governo do Estado autorizado a estadualizar a estrada que liga os Municípios de Ipumirim e Xavantina.

Art. 2º A estrada de que trata o art. 1º desta Lei terá a extensão de 30 km (trinta quilômetros).

Art. 3º Fica, ainda, autorizado o Governo do Estado a realizar todas as obras necessárias para a sua restauração, pavimentação e conclusão.

Art. 4º A estrada de que trata o art. 1º desta Lei terá a classificação de "Rodovia SC".

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 22 de agosto de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 192/2013

Dispõe sobre a instituição do Dia do Ecumenismo, no Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Estado de Santa Catarina, o Dia do Ecumenismo a ser celebrado, anualmente, em 21 de outubro.

Parágrafo único. A data mencionada no *caput* deste artigo passará a constar do calendário de eventos do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O Poder Executivo adotará as medidas necessárias à implantação e divulgação da presente Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 21 de agosto de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 229/2013

Denomina Dinamar Baldissera o Ginásio de Esportes anexo à Escola de Educação Básica Salustiano Antonio Cabreira, pertencente à rede pública estadual e situado na Avenida São João, no Município de Faxinal dos Guedes.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica denominado Dinamar Baldissera o Ginásio de Esportes anexo à Escola de Educação Básica Salustiano Antonio Cabreira, pertencente à rede pública estadual e situado na Avenida São João, no Município de Faxinal dos Guedes.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 21 de agosto de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 255/2013

Denomina Raul Goedert a rodovia que faz a ligação entre o Município de Imbuia ao entroncamento com a Rodovia SC-350.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica denominada Raul Goedert a rodovia que faz a ligação entre o Município de Imbuia ao entroncamento com a Rodovia SC-350.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 22 de agosto de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 298/2013

Altera a Lei nº 5.497, de 1978, que declara de utilidade pública a Associação Assistencial da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, de Blumenau.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 5.497, de 12 de outubro de 1978, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública a Associação Assistencial Lar Betânia, de Blumenau.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Assistencial Lar Betânia, com sede no Município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 22 de agosto de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 308/2013

Altera a Lei nº 5.561, de 1979, que declara de utilidade pública a COMBEMTU - Comissão Municipal do Bem-Estar do Menor de Tubarão.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 5.561, de 29 de junho de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública a Associação de Atendimento à Criança e ao Adolescente (COMBEMTU), de Tubarão.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Atendimento à Criança e ao Adolescente (COMBEMTU), com sede no Município de Tubarão.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 21 de agosto de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 028/2013

Altera a Lei Complementar nº 345, de 2006, que dispõe sobre o Plano de Carreiras dos Servidores da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e estabelece outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º O art. 10 da Lei Complementar nº 345, de 7 de abril de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10.

§ 1º O Valor Referencial de Vencimento (VRV) de que trata o *caput* deste artigo fica fixado em R\$ 285,90 (duzentos e oitenta e cinco reais e noventa centavos), a partir de 7 de abril de 2013.

§ 2º Fica vedada a cumulação da majoração do VRV com as concessões estabelecidas no art. 1º da Lei nº 15.695, de 21 de dezembro de 2011." (NR)

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão por conta da dotação orçamentária própria do orçamento da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 21 de agosto de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***